

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 047/2023
Data: 16/03/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
ÁREAS DEGRADADAS NO PORTO DE SANTOS SERÃO REVITALIZADAS PARA SE TORNAREM ESPAÇOS DE LAZER	4
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	5
PORTO DIGITAL CRESCE 29% EM 2022 E PASSA DE 17 MIL COLABORADORES	5
SECRETÁRIO DIZ QUE ARCO METROPOLITANO É PRIORIDADE NA GESTÃO DE RAQUEL LYRA	7
O NOVO MAPA DA PETROBRAS NO NORDESTE.....	8
PETROBRAS APROVA NOVA LICITAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE SERGIPE	10
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	11
TRANSPORTE INTERIOR FECHA JANEIRO COM BALANÇO POSITIVO.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	12
RESTAURAÇÃO DE PONTE NA BR-158/RS BENEFICIA ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA GAÚCHA.....	12
PAÍSES DO MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA SÃO PARCEIROS ESTRATÉGICOS DO BRASIL NO SETOR DE TRANSPORTES, DIZ MINISTRO	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	14
EDITORIAL – INCLUSÃO E CIDADANIA – UM DEVER TAMBÉM DO SETOR PORTUÁRIO	14
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Desestatização 1</i>	15
<i>Desestatização 2</i>	15
<i>Inclusão 1</i>	15
<i>Inclusão 2</i>	15
<i>Inclusão 3</i>	15
NACIONAL – ECONOMIA - CONSÓRCIO VENCE LEILÃO DA 1ª CONCESSÃO RODOVIÁRIA DO PARÁ	15
CONCESSÃO DE NOVO LOTE DE RODOVIAS ESTÁ EM ESTUDO, DIZ GOVERNADOR DO PARÁ.....	16
REGIÃO SUDESTE - RECEITA LOCALIZA 670 KG DE COCAÍNA EM CARGA DE EXPORTAÇÃO NO PORTO DE SANTOS	16
REGIÃO SUL - OPERAÇÃO DETÉM ESTRANGEIROS QUE ENTRARAM NO BRASIL DE FORMA CLANDESTINA POR PARANAGUÁ	17
REGIÃO SUL - PARANÁ ESTIMA R\$ 600 MILHÕES COM PROBLEMAS NA BR-277.....	17
PORTOS - SENADO JÁ TEM DATAS PARA OUVIR MINISTROS MÁRCIO FRANÇA E RENAN FILHO	19
NACIONAL – PRIMEIRA EDIÇÃO DO INFRAJUR – 3 E 4 DE ABRIL 2023 – MANAUS-AM.....	20
NACIONAL - EMPRESÁRIOS DEBATEM FRENTE PARLAMENTAR DE PORTOS E AEROPORTOS	20
AGRONEGÓCIO - NOVO PRESIDENTE TOMA POSSE NA ACEBRA	22
NACIONAL - CONSELHO NACIONAL DO BRASIL EXPORT GANHA NOVOS MEMBROS	22
NACIONAL - PARLAMENTARES E EMPRESÁRIOS DEBATEM RELANÇAMENTO DA FRENLOGI	24
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	24
ÁREA DE ANTIGOS ARMAZÉNS PORTUÁRIOS EM SANTOS SE TRANSFORMARÁ EM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER	24
CHINA REABRIRÁ FRONTEIRA INTERNACIONAL PELA 1ª VEZ DESDE 2020	25
DETRAN SP ADERE A SISTEMA QUE OFERECE DESCONTO DE 40% EM MULTAS PARA MOTORISTAS.....	25
COM POSSE DE 94 PARLAMENTARES, ALESP DÁ INÍCIO À SUA 20ª LEGISLATURA.....	27
GOVERNO DE SP APRESENTA PORTFÓLIO DE PROJETOS DO PPI ESTADUAL A INVESTIDORES ALEMÃES	28
TURISTAS ESTRANGEIROS DE CRUZEIRO VOLTAM A TOMAR CONTA DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTOS	29
PORTO DE PARANAGUÁ NEGA ATRASOS NO EMBARQUE DE SOJA.....	30
JORNAL O GLOBO – RJ.....	30
LEWANDOWSKI SUSPENDE TRECHOS DA LEI DAS ESTATAIS QUE RESTRINGE INDICAÇÕES DE POLÍTICOS EM EMPRESAS PÚBLICAS	30
MÁRCIO FRANÇA INSISTE EM PROGRAMA DE PASSAGENS AÉREAS A R\$ 200, QUE PROMETE TIRAR DO PAPEL ATÉ JULHO	32
FRANÇA DEFENDE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO USO DE PRECATÓRIOS NO PAGAMENTO DE CONCESSÕES, QUE FRUSTROU EMPRESAS	33
BANCOS SUSPENDEM CONCESSÃO DE CONSIGNADO PARA APOSENTADOS, APÓS TETO DE JUROS IMPOSTO PELO GOVERNO	34
COM SAÍDA DA FORD, INDÚSTRIA PERDE ESPAÇO NO PIB DO NORDESTE	37
NORDESTE TEM 3º MAIOR PIB DO PAÍS, MAS REGIÃO CONCENTRA ESTADOS COM A MENOR RIQUEZA PER CAPITA	38
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	40
LULA LEVA MEGACOMITIVA À CHINA COM 200 EMPRESÁRIOS E 34 POLÍTICOS	40
PROGRAMA DE PASSAGENS A R\$ 200 FICARÁ PRONTO ATÉ JULHO EM PARCERIA COM GOL, AZUL E LATAM, DIZ FRANÇA	42
A LÓGICA DOS ARCABOUÇOS FISCAIS	43



ALÍVIO NA CRISE BANCÁRIA GLOBAL	44
DEPUTADO APRESENTA ALTERNATIVA DE ARCAPOÇO FISCAL NA CÂMARA COM DÍVIDA PÚBLICA COMO REFERÊNCIA	46
VALOR ECONÔMICO (SP).....	47
NÃO VAMOS TOLERAR INVASÃO DE PROPRIEDADE PRIVADA, AFIRMA TARCÍSIO	47
‘ISSO NÃO EXISTE’, DIZ FRANÇA, SOBRE PRIVATIZAÇÃO TOTAL DO PORTO DE SANTOS	49
‘VOA, BRASIL’ NÃO ENVOLVE SUBSÍDIO DO GOVERNO E DEVE SER DETALHADO ATÉ JULHO, DIZ FRANÇA.....	49
LULA DISCUTE COM PRESIDENTE DO PARAGUAI PRÓXIMOS PASSOS DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES.....	50
PARÁ LICITA SUA PRIMEIRA CONCESSÃO DE RODOVIAS.....	51
ESTADO PREVÊ LEILÃO DE SANEAMENTO ATÉ 2024, DIZ BARBALHO	52
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	53
STF ANULA ACORDO DE 2002 ENVOLVENDO FERNANDO DE NORONHA.....	53
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	54
PARA STARTUPS, SETOR NAVAL AINDA PRECISA VENCER CULTURA DE POUCA INOVAÇÃO	54
TRANSPORTE INTERIOR FECHA JANEIRO COM BALANÇO POSITIVO.....	55
VALE E KONGSBERG DIGITAL UNEM FORÇAS PARA REDUZIR EMISSÕES	56
JULGAMENTO SOBRE DESESTATIZAÇÃO DE SANTOS É ADIADO MAIS UMA VEZ NO TCU	57
NORMAS EXIGEM AUTORIZAÇÃO E RAIO DE SEGURANÇA PARA SOBREVOO DE DRONES EM ÁREAS PORTUÁRIAS	58
ANÁLISE SOBRE AMPLIAÇÃO DA FAIXA DE DISPENSA DE PRATICAGEM PRECISA SER GRADUAL, DIZ DPC	59
PRIMEIRO EMBARQUE DE 2023: CEARÁ ENVIA MAIS DE 9 MIL TONELADAS DE GRANITO PARA A EUROPA.....	61
EMPRESA ARGENTINA REALIZA PRIMEIRA TOKENIZAÇÃO DE COMMODITIES AGRÍCOLAS	61
RIO DE JANEIRO APRESENTA CRESCIMENTO EM SUAS RESERVAS DE PETRÓLEO PELO 2º ANO CONSECUTIVO, APONTA FIRJAN. 62	
ARTIGO - ATAQUES CIBERNÉTICOS NO SETOR PORTUÁRIO: CUSTOS PARA ELIMINAR RISCOS SÃO INVESTIMENTO	63
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	64
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	64



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ÁREAS DEGRADADAS NO PORTO DE SANTOS SERÃO REVITALIZADAS PARA SE TORNAREM ESPAÇOS DE LAZER

Trecho dos armazéns 4 ao 7 foi incorporado ao projeto Parque Valongo e já conta com R\$ 15 milhões em investimentos

Por: *Bárbara Farias*



Projeto Parque Valongo para a área dos armazéns abandonados Foto: Divulgação/Prefeitura de Santos

A revitalização da área dos armazéns degradados do Porto de Santos, no Centro Histórico, pode estar mais perto de se concretizar. A área foi incorporada ao projeto Parque Valongo, da Prefeitura, mais simplificado e que já conta com R\$ 15 milhões em investimentos. A nova planta é consenso entre Administração Municipal, Santos Port Authority (SPA) e Ministério Público de São Paulo (MP-SP), que formalizou um novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para

viabilização das obras.

As tratativas que podem finalmente alavancar a recuperação do local ocorreram em reunião realizada semana passada com as presenças do prefeito Rogério Santos (PSDB), do secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Glaucus Farinello, do promotor de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Carlos Cabral Cabrera, e de representantes da SPA.

Na ocasião, foi feita avaliação da minuta do novo TAC, elaborado por SPA e técnicos da Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego de Santos e formalizada pelo MP-SP. “A reunião com o Ministério Público foi muito positiva. Houve um consenso sobre a importância da utilização desse espaço público para a Cidade e para a preservação da história do Porto de Santos”, afirmou o prefeito santista.

“O projeto engloba a preservação dos armazéns 1 ao 4, das Casas de Pedra 1 e 2 e do Armazém 7, que continua sob gestão da SPA, mas para entrega a universidades. A Casa de Pedra 2 será removida para um local mais próximo à linha d’água, onde vai ter uma área pública. Será um grande ganho a Santos porque a gente devolve a linha d’água do Porto para a comunidade”, explicou Cabral.



O projeto engloba a revitalização da área dos armazéns 4 ao 7, na Margem Direita do Porto de Santos Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Diferenças

Rogério explicou que a planta atual é diferente da proposta denominada Porto Valongo, apresentada em 2009 e que, por sua vez, substituiu o projeto Marina Porto de Santos, de 2007. O projeto novo não engloba o terminal de passageiros de cruzeiros marítimos.

“O Porto Valongo envolvia a construção de terminal de passageiros, marina e centro empresarial, um shopping. Estamos simplificando e faseando. Para que seja exequível, de imediato, com recursos de R\$ 15 milhões já garantidos, faremos essa etapa que compreende uma passarela, um jardim, com área ampla de lazer e caminhada, restauro das duas Casas de Pedra e de dois armazéns, o 4 para atividades culturais e o 7 destinado às universidades. Faremos a execução desvinculada de dois projetos que se complementam”.



Já o secretário de Desenvolvimento Urbano destacou um ponto que considera positivo no acordo com o Ministério Público de São Paulo.

“Sabemos a importância do terminal de passageiros no Centro, mas a desvinculação do parque é muito positiva, porque a gente já começa a movimentar a região, a revitalizá-la. Muito se falava que a partir do terminal é que a gente teria o processo de revitalização. Agora, desmembrando, a gente consegue dar uma resposta para a sociedade em curto prazo, com obras mais simples, e em dois anos já entregar o armazém restaurado e o espaço da praça à beira-mar”.

Por se tratar de área do Porto Organizado de Santos, compete à SPA a elaboração do projeto executivo das obras bem como alocar o aporte necessário para custear as obras. “Contudo, a SPA pode viabilizar a elaboração/execução para outros entes, conforme observado em contratos anteriores”, informou a Autoridade Portuária, em nota.

Novo TAC

O promotor explicou que a formalização de um novo TAC para viabilização da revitalização da área dos armazéns “envolve a questão urbanística, então a gente levou essa discussão para a Prefeitura e para o Condepasa (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos), que é o órgão de proteção, e começamos a discutir qual seria o melhor projeto”.

O termo foi enviado à SPA para assinatura e já retornou ao MP-SP na terça-feira. O próximo passo será a coleta das assinaturas dos demais envolvidos. “Serão colhidas a minha assinatura, a do prefeito e a do presidente do Condepasa. Com todas em mãos, a gente encaminha o documento ao órgão superior do Ministério Público para homologação”, afirmou o promotor.

De acordo com Cabral, a proposta ainda será discutida em audiências públicas e encaminhada aos órgãos de proteção para apreciação e aprovação.

“O TAC prevê ainda que haverá audiência pública para discussão com a comunidade e devida aprovação dos órgãos de proteção, o Condepasa no âmbito municipal, o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) no âmbito estadual e o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no federal, já que há entornos de bens tombados pelo Estado, pela União e pelo Município”.

Terminal de passageiros

O projeto para realocação do terminal de passageiros, atualmente localizado na região de Outeirinhos, na Margem Direita do Porto, está em fase de avaliação e estudos, por meio da Autoridade Portuária e da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, para verificar a viabilidade técnica e econômica da nova estrutura, segundo a SPA.

“O projeto está em fase de avaliação e estudos e somente após esse período teremos atualizações de como será o processo”, informou a Autoridade Portuária.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/03/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

PORTO DIGITAL CRESCE 29% EM 2022 E PASSA DE 17 MIL COLABORADORES

Por Jairo Lima

Parque tecnológico é considerado um dos ambientes de inovação mais relevantes da América Latina



Pierre Lucena aponta um crescimento consistente do Parque Tecnológico Foto: Divulgação

O Porto Digital registrou aumento de 29,08% no faturamento em 2022, com resultado de R\$ 4,75 bilhões, e 16% a mais no número de colaboradores em comparação ao ano anterior, somando mais de 17 mil profissionais.

Ao todo, o parque faturou R\$ 4.748.376.070,41 em 2022, crescimento de 150% em comparação com o registrado em 2018, de R\$ 1,89 bilhão. Do ponto de vista de capital humano, o parque agora conta com 17.157 colaboradores – acumulando aumento de 81% entre 2018 e 2022, demonstrando o avanço da produtividade do parque ao se comparar os valores dos resultados financeiros com o número de profissionais.

“Esses números mostram um crescimento consistente das empresas do Porto Digital. É sinal inequívoco de que nosso parque tecnológico é um excelente ambiente para a instalação e o desenvolvimento de empresas de tecnologia e inovação”, aponta o presidente do parque, Pierre Lucena.

“Essa pesquisa coroa o esforço que o ecossistema tem em conjunto para não só levantar os dados, mas efetivamente transformar a economia de Pernambuco, a vida das pessoas que empreendem e trabalham aqui”, comenta a presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro PE/PB).

Dentre as empresas embarcadas no Porto Digital, as que registraram maior crescimento em 2022 foram a Mesa, Serttel e Tempest. Já entre as que mais faturaram estão, em ordem alfabética, Accenture, Acqio, Avanade, Avantia, CESAR, EAD Uninassau, Globo Nordeste, Insole, Neurotech e Tempest.

O presidente do Softex Pernambuco, Yves Nogueira, aponta a questão da formação como ponto importante para os resultados do parque. “Pela primeira vez, temos cursos de tecnologia com ponto de corte maior do que o de medicina. Mais e mais meninos e meninas estão percebendo que a área de tecnologia é interessante como carreira, seja nas instituições de ensino superior públicas, oportunidades como o Embarque Digital e a Formação Acelerada em Programação (FAP), executada pelo Softex”, aponta.

“Nas maiores entidades nacionais de tecnologia, como Anprotec e Assespro, temos representantes pernambucanos nas lideranças. Isso é uma demonstração da importância do compromisso coletivo que temos no Porto Digital em alavancar o ecossistema de inovação brasileiro e de Pernambuco”, conta o presidente do Sindicato das Empresas de Processamento de Dados de Pernambuco (Seprope), Gerino Xavier.

Entre as que mais empregam colaboradores no parque estão Accenture, Avanade, Avantia, CESAR, FITec, Neurotech, Pitang, Serttel, Speed+, Tempest e EAD Uninassau.

Até então, a meta era que o Porto Digital chegasse em 2025 com cerca de 20 mil colaboradores distribuídos entre 500 e 600 empresas, atingindo faturamento de R\$ 3,5 bilhões. Porém, o valor do faturamento já foi ultrapassado no ano passado, e o número de empresas e colaboradores já está bem próximo do número previsto somente para 2025. Com essa ampliação, o parque chega ao dobro do tamanho que tinha em 2018.

FATURAMENTO DESDE 2018

2018- R\$ 1,89 Bi

2019- R\$ 2,35 bi

2020- R\$ 2,86 Bi

2021- R\$ 3,67 bi

2022- R\$ 4,75 bi

NÚMERO DE COLABORADORES DESDE 2018

2018- 9.500
2019- 11,619
2020- 13.378
2021- 14.790
2022- 17.157

Suape entrega a 120 famílias quintais ecoprodutivos

O Complexo Industrial Portuário de Suape e a Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 entregaram, na manhã desta quinta-feira (16), 120 quintais ecoprodutivos a moradores em situação de vulnerabilidade social de comunidades do território estratégico da estatal. O evento ocorreu no Palácio dos Manguinhos, na capital pernambucana, e contou com a participação do diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot; do arcebispo de Olinda e do Recife, dom Fernando Saburido

ProMorar Recife

O programa ProMorar já está em curso e sendo viabilizado por meio da operação de crédito de R\$ 1,5 bilhão aprovada pela Prefeitura junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entre as ações do ProMorar estão obras que visam a redução do risco de inundações e deslizamentos de terra em áreas de morro, o reassentamento de famílias que residem em locais de risco ambiental e urbanização integrada de comunidades de interesse social. Também serão realizadas obras de macrodrenagem para o melhor escoamento das águas das chuvas, além do alargamento da calha e dragagem dos rios Tejipló, Jiquiá e Moxotó.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 16/03/2023

SECRETÁRIO DIZ QUE ARCO METROPOLITANO É PRIORIDADE NA GESTÃO DE RAQUEL LYRA

Sem Arco Metropolitano e com estradas deficientes, a economia tem sido prejudicada, diz secretário.

Por Patrícia Raposo

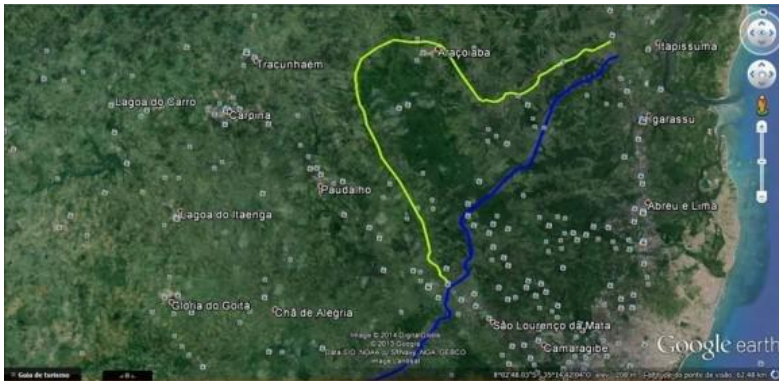


Guilherme Cavalcanti, secretário de Desenvolvimento Econômico/Andréa Rego Barro

Os entraves causados por uma malha viária deficiente e pela ausência de solução de celeridade para a BR-101 é uma das principais preocupações do governo Raquel Lyra quando o assunto é mobilidade. Por esta razão, destravar o Arco Metropolitano será uma das metas de sua gestão, de acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti.

O governo espera conseguir na atual gestão executar, ao menos, as obras do Trecho 2, ao Sul, que conecta o Cabo de Santo Agostinho à BR-408. Na opinião do secretário, para ativá-lo será necessária a conclusão do projeto executivo e do licenciamento. “E dependendo do quanto consigamos ser efetivos no licenciamento e na licitação, podemos terminá-lo nesta gestão. É uma obra de dois a três anos de execução, tem cronograma apertado, mas é viável”, diz.

A dificuldade maior em relação ao Arco está no Trecho 1, ao Norte, que liga Goiana à BR-408. “Nesse trecho o desafio é achar uma alternativa de locacional. O estudo precisa ser concluído e feito tanto sob à luz da sustentabilidade ambiental, quanto da viabilidade econômica. E o que perseguimos neste momento é a conclusão desse estudo para subsidiar um debate público que é necessário e legalmente previsto, feito sobre bases realista”, disse.



Traçado do Arco Metropolitano ao Norte tem desafio locacional/Foto: divulgação

De acordo com Cavalcanti, o trânsito da BR-101 tem levado empresários a repensar investimentos em Pernambuco. “As grandes empresas estão planejando suas rotas logísticas considerando trechos entre Goiana e Fortaleza e Suape e Salvador”, diz. Ele lembra que, entre Salvador e Fortaleza,

o único trecho da BR-101 que passa por dentro de uma metrópole fica justamente em Pernambuco.

Na opinião de Guilherme Cavalcanti, isso tem contribuído para um certo entrave econômico. “O sectionamento de nossa malha viária, pela ausência de solução de celeridade e de rapidez da via da Br-101, está estrangulando nossa economia. E não tenha a menor dúvida de que isso tem conexão com alto índice desemprego no estado”.

Para combater o desemprego, o secretário defende a retomada da agenda de obras, porque a gestão passada priorizou uma agenda fiscalista e de austeridade fiscal, ficando devedora de investimentos em estradas. Embora se diga defensor da austeridade fiscal, Guilherme Cavalcanti sustenta que a gestão do PSB deixou que as estradas se deteriorassem. “Não tivemos investimentos nos últimos anos”.

“Temos aqui uma rede rica de em empreendedores que toma risco e que investe e temos ainda um olhar de fora para Pernambuco, de gente ainda interessada no estado. Mas paramos de atender à demanda mínima necessária ao crescimento da economia”, ressalta. Guilherme Cavalcanti assume ainda a missão de estreitar a interlocução com o empresariado. “O diálogo com o setor produtivo não era tratado como prioridade”, diz, garantindo que agora será.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 16/03/2023

O NOVO MAPA DA PETROBRAS NO NORDESTE

Após enxugar presença na região, durante governo de Bolsonaro, petroleira promete, agora, retomar investimentos

Informações: EPBR



O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, assumiu o comando da empresa prometendo fortalecer a presença da companhia no Nordeste. A petroleira está reavaliando a venda de ativos de óleo e gás na região, ao mesmo tempo em que quer fazer do Nordeste um polo importante de investimentos em transição energética.

Em suas primeiras agendas como CEO da Petrobras, Prates já fez viagens ao Rio Grande do Norte – reduto eleitoral do ex-senador – e à Bahia, berço histórico da produção de petróleo do Brasil.

O discurso se opõe à estratégia da Petrobras durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), de reduzir, radicalmente, a sua presença na região.

Em 2019, o então presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, chegou a afirmar que a empresa seria, em 2022, uma companhia essencialmente concentrada nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, no Sudeste. E que o Nordeste se tornou “irrelevante” para a empresa.

Foi com Castello Branco que a Petrobras intensificou a venda de ativos, com o objetivo estratégico de focar na produção de óleo e gás no pré-sal. O executivo prometeu se desfazer de todas as refinarias fora do eixo Rio-São Paulo e de todos os campos terrestres e em águas rasas da petroleira – localizados, sobretudo, no Nordeste.

Petrobras reduz tamanho no Nordeste

Sair totalmente da região, porém, nunca foi parte do plano da Petrobras – que, mesmo prometendo vender a maior parte de seus ativos no Nordeste, manteve no planejamento investimentos na produção de óleo e gás em águas profundas de Sergipe e na exploração na margem equatorial.

Inegavelmente, contudo, a Petrobras enxugou sua carteira de ativos no Nordeste. Vendeu:

- a maioria de seus campos maduros;
- a Refinaria Landulpho Alves (BA);
- a sua malha de gasodutos, operada pela Transportadora Associada de Gás (TAG);
- e saiu do capital de todas as distribuidoras estaduais de gás, a partir da alienação da Gaspetro.

O PT volta ao poder, em 2023, com uma Petrobras mais enxuta.

Renováveis e margem equatorial trazem novas perspectivas

Agora, Prates promete trazer o Nordeste de volta ao mapa de investimentos da petroleira.

O novo presidente da Petrobras destaca que a transição energética e a exploração da margem equatorial abrem novas perspectivas para a companhia na região.

“Tem muita coisa para fazer no Rio Grande do Norte, que não necessariamente o Polo Potiguar”, disse, a jornalistas, no dia 2 de março, ao comentar especificamente sobre o futuro da venda do Polo Potiguar.

Ele citou as oportunidades do estado de abrigar atividades de eólica offshore, além da campanha de exploração prevista pela companhia para avaliação da descoberta de Pitu, em águas profundas na Bacia Potiguar.

Por ora, nada ainda muito novo, de concreto, em relação às diretrizes previstas no plano de negócios da companhia, concebido nas gestões passadas.

Prates diz que Petrobras fica na Bahia

Esta semana, o presidente da Petrobras prometeu retomar investimentos na Bahia.

Após encontro com trabalhadores e sindicalistas e com o governador baiano, Jerônimo Rodrigues, em Salvador (BA), nos últimos dois dias, Jean Paul Prates garantiu que a companhia está tomando “todas as providências necessárias para a retomada da produção do Polo Bahia Terra até o mês de abril”.

O polo, à venda, teve a operação paralisada a pedido da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no fim de 2022, por problemas de segurança na operação.

“Já anunciamos recentemente que vamos incluir no novo Plano Estratégico da companhia o retorno das atividades no Polo Bahia, com a retomada das operações, novos investimentos e o fortalecimento de outras matrizes”, afirmou Prates, em nota.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), parte da base de apoio o governo, pressiona a nova gestão da companhia a suspender a venda de ativos. Pede investigação da alienação da RLAM para o fundo Mubadala e defende a recompra da unidade – além da rescisão do contrato de arrendamento das fábricas de fertilizantes para a Unigel.

A Petrobras ainda mantém ativos ainda à venda no Nordeste, mas a suspensão dos desinvestimentos por 90 dias, pedida pelo Ministério de Minas e Energia, traz incertezas sobre a continuidade das negociações.

Ontem, a Petrobras informou que continua “em fase de negociação” do Polo Bahia Terra com PetroRecôncavo e Eneva, e que “não foi tomada qualquer decisão” pela diretoria executiva e o conselho de administração da companhia sobre os ativos. O anúncio ocorre após Prates garantir a retomada de investimentos no Polo Bahia.

Petrobras está revendo desinvestimentos

No início do mês, ao comentar sobre um possível recuo na venda do Polo Potiguar, Prates disse que não se tratar de desfazer contratos e que “aquilo que já foi vendido ninguém vai rever” – a empresa tem contrato assinado para alienação do ativo para a 3R Petroleum.

Ele afirmou, no entanto, que o pedido do MME dá a oportunidade para que a empresa reveja alguns conceitos.

Há, por exemplo, uma série de ativos colocados à venda pela empresa cujas negociações não avançaram nos últimos anos e que poderão, agora, ser reavaliados. Casos:

- da Refinaria Abreu e Lima (Rnest);
- das termelétricas a óleo combustível em Pernambuco;
- e campos em águas rasas no Ceará e Sergipe-Alagoas.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 16/03/2023

PETROBRAS APROVA NOVA LICITAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE SERGIPE

Dessa vez, petroleira tentará contratar FPSOs afretados

Informações: EPBR

A Petrobras aprovou, este mês, o relançamento das licitações para contratação das duas plataformas para o projeto de produção em águas profundas de Sergipe. A companhia está concluindo os trâmites junto aos sócios, para lançar o edital.

Dessa vez, a demanda é por duas plataformas afretadas. Entre 2021 e 2022, a Petrobras tentou contratar o que viria a ser a P-81 pelo modelo BOT (do inglês Built Operate and Transfer) — segundo o qual, após uma etapa inicial de operação terceirizada, a petroleira assume a operação da plataforma com equipes próprias.

Devido à baixa concorrência e aos preços oferecidos, a licitação foi cancelada. As dificuldades financeiras de uma das sócias — a indiana IBV — também pesaram.

Não houve mudanças nos índices de conteúdo local, na nova contratação. Os fornecedores deverão atender estritamente aos requisitos do contratos de concessão, que giram em torno de 30% de nacionalização das encomendas.

São duas FPSOs de 120 mil barris/dia de capacidade de processamento de óleo e condensado. No caso do gás natural, uma das unidades terá capacidade para 10 milhões e a segunda para 12 milhões de m³/dia.

Com o atraso na contratação, os campos estão previstos para entrar em operação em 2027.

Uma nova província de gás

Com o projeto da Petrobras em águas profundas, Sergipe passará a ser a maior província gasífera conectada aos gasodutos de transporte, fora das Bacias de Campos e Santos.

Em outubro de 2022, a Eneva se movimentou para adquirir participação nos campos, por meio da aquisição de participação na IBV Brasil Petróleo ou no contrato BM-SEAL-11. A oportunidade surgiu na insolvência da VOVL Limited, que detém indiretamente 50% da IBV.

A IBV detém 40% dos campos de Agulhinha e de Cavala. Na região, a Petrobras opera com 100% os campos de Agulhinha Oeste, Budião Sudeste, Budião Noroeste e Palombeta; e 75% de Budião, em sociedade com a também indiana ONGC.

O negócio estava em fase de avaliação preliminar, informou à Eneva, na época. Não foram feitas novas atualizações desde então.

O desenvolvimento dos campos de águas profundas de Sergipe vem sendo adaptado ao longo de anos recentes.

São descobertas de bilhões de m³ de gás natural que, inicialmente, seriam desenvolvidas com apenas uma plataforma de 8 milhões de m³/dia de capacidade.

Além do aumento de capacidade de produção de gás do projeto, a Petrobras atualizou a estratégia de escoamento: incluiu módulos de tratamento embarcados, para reduzir a necessidade de instalação de infraestrutura em terra para processamento do gás.

Em dezembro, a Petrobras anunciou um plano de negócios com orçamento de US\$ 64 bilhões para exploração e produção de óleo e gás.

A Petrobras será responsável por quase metade da demanda conhecida por FPSOs no mundo até 2027.

Procurada, a Petrobras não comentou até o fechamento desta edição.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 16/03/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

TRANSPORTE INTERIOR FECHA JANEIRO COM BALANÇO POSITIVO

Milho é a mercadoria que obteve maior destaque de movimentação



Brasília 15/03/2023 - O mês de janeiro foi marcado pelo balanço positivo no transporte de carga por vias interiores no país. Os dados são do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

O levantamento mostra que pelo modal foram transportadas 8,14 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 6,44% em comparação a 2022. Destaque para as regiões hidrográficas Amazônica e Tocantins-Araguaia – responsáveis por 93% do

transporte interior no país – apresentaram 5,4 milhões de toneladas (+9,76%) e 2,8 milhões de toneladas (+1,61%), respectivamente.

A região hidrográfica do Atlântico-Sul também registrou aumento no total de cargas transportadas apresentando movimentação de 488 mil toneladas, um aumento de 10,05%. A região hidrográfica do Paraguai, por sua vez, movimentou 174,4 mil toneladas (decréscimo de 15,50% em comparação ao mesmo período do ano anterior)

A mercadoria que apresentou maior crescimento percentual em janeiro foi o milho que movimentou 2,18 milhões de toneladas, representando uma variação positiva 121,70% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Outro destaque fica para o transporte de contêineres. Em janeiro foram transportadas 793,7 mil toneladas de carga containerizada por vias interiores no país. O número representa um crescimento de 18,5% em comparação a 2022. Petróleo (óleo bruto) também registrou alta de 0,16%, com mais de 921 mil toneladas transportadas ao longo do período.

A instalação portuária de destaque de movimentação em janeiro foi o Porto de Santarém (PA) que movimentou 418,8 mil toneladas, registrando um aumento de 41,47%. O Terminal Hidrovias do Brasil Miritituba que registrou um aumento de 29,71% com movimentação de mais de 659,5 mil toneladas no primeiro mês do ano.

O Terminal Fluvial de Juruti fecha o pódio dos principais destaques de terminais que movimentam vias interiores com movimentação de mais de 544,9 mil toneladas em janeiro, demonstrando uma variação positiva de 25,2% em comparação ao mesmo período de 2022.

A navegação de longo curso em vias interiores movimentou 3,56 milhões de toneladas em janeiro (alta de 11,29%). Navegação Interior, por sua vez, transportou 2,4 milhões de toneladas (variação positiva de 9,09% em comparação a janeiro de 2022).

Painel

O Painel Estatístico Aquaviário pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 16/03/2023

Após reforço e ampliação, estrutura sobre o Rio Conceição, em Sant'Anna do Livramento, está liberada ao tráfego. Melhorias estavam na lista de prioridades do Governo Federal no setor de transportes



Obra na ponte da BR-158 faz parte do Plano de 100 Dias do Governo Federal

Obra faz parte do Plano de 100 Dias de ações prioritárias do Governo Federal - Foto: Divulgação/DNIT

Parte da estratégia traçada pelo Governo Federal para garantir o escoamento da safra nacional neste início de ano, a ponte sobre o Rio Conceição, em Sant'Anna do Livramento (RS), foi restaurada e ampliada. A obra

favorece a distribuição da produção agropecuária na região da Campanha e constava no Plano de 100 Dias de ações prioritárias elaborado pelo Ministério dos Transportes. O fluxo de veículos na ponte, localizada no Km 510 da BR-158/RS, já está liberado.

O município de Sant'Anna do Livramento fica próximo da fronteira com o Uruguai e se destaca pela pecuária e cultivo de arroz e soja, entre outros produtos agrícolas. Assim, é intenso o movimento de veículos de carga na região. A atual gestão do Governo Federal considerou, portanto, estratégico concluir a obra iniciada em 2020, a fim de assegurar a melhoria da trafegabilidade e da segurança dos motoristas que trafegam por aquele trecho da BR-158.

Após investimento federal de R\$ 30 milhões, a ponte de 365 metros de extensão foi ampliada, passando de 8,2 metros de largura para 13 metros. Toda a estrutura foi restaurada e recebeu acostamentos. As equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), responsáveis pelos serviços, agora atuam na substituição de dois bueiros localizados nos Kms 546,32 e 558 da rodovia.

Plano 100

Elaborado para melhorar a qualidade das rodovias brasileiras, o Plano de 100 Dias com as ações prioritárias do Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, para os setores rodoviário e ferroviário terá cerca de R\$ 1,7 bilhão para retomar e intensificar obras, preparar rodovias para o período de chuvas, garantir o escoamento da safra agrícola e diminuir o número de acidentes graves. O valor possibilitará a entrega de 861 quilômetros pavimentados, revitalizados e sinalizados até abril de 2023.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 16/03/2023

PAÍSES DO MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA SÃO PARCEIROS ESTRATÉGICOS DO BRASIL NO SETOR DE TRANSPORTES, DIZ MINISTRO

Ao receber embaixadora da Espanha, Renan Filho destacou a importância da cooperação brasileira e espanhola para atrair investimentos

Compartilhe: [Compartilhe por Facebook](#) [Compartilhe por Twitterlink](#) [para Copiar](#) para área de transferência



Ministro Renan Filho se reuniu com a embaixadora María del Mar Fernández-Palacios - Foto: Marcio Ferreira/MT

O fortalecimento da parceria entre a União Europeia e o Mercosul no setor de transportes é uma das metas do Governo Federal para atrair mais investimentos e melhorar a qualidade da malha viária brasileira. Nesta quarta-feira (15/03), o ministro dos Transportes, Renan Filho, recebeu a embaixadora da Espanha no Brasil, María del Mar Fernández-Palacios, para estreitar os laços entre os dois países e reforçar a cooperação internacional.

Durante o encontro, o ministro destacou a malha ferroviária da Espanha como exemplo a ser seguido pelo Brasil no aprimoramento dos transportes sobre trilhos – tanto de cargas quanto de passageiros. Renan Filho também reconheceu o papel de empresas espanholas na gestão de importantes ativos de infraestrutura do país já transferidos à iniciativa privada.



A embaixadora citou como exemplos a administração dos terminais aéreos de Congonhas (SP) e Maceió (AL), geridos por empresas com sede na Espanha, e obras em território nacional que são executadas pela COMSA Corporación, empresa de desenvolvimento de infraestrutura e engenharia industrial que atuou no projeto do BRT em Brasília (DF) e de intervenções na BR-101/AL.

Diálogo ampliado

Desde que assumiu o comando do Ministério dos Transportes, Renan Filho tem dialogado com representantes de governos e entidades de diversos países, a fim de ampliar a cooperação internacional no setor de transportes.

O ministro já se encontrou com embaixadores de importantes parceiros comerciais, incluindo China e os vizinhos Uruguai e Argentina – países latino-americanos com os quais há projetos de infraestrutura rodoviária em andamento –, além de representantes do Banco Mundial.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 16/03/2023



EDITORIAL – INCLUSÃO E CIDADANIA – UM DEVER TAMBÉM DO SETOR PORTUÁRIO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

É dever do poder público e obrigação da iniciativa privada se mostrar inclusivo. Quer por força de lei ou por cidadania, empresas estatais e particulares têm de se mostrar abertas a políticas de inclusão. E isso vale também para o setor portuário.

A coluna HUB desta edição destaca uma reunião ocorrida nesta semana entre representantes da Portos do Paraná, a autoridade portuária do estado, e a vereadora Isabelle Dias, a primeira deficiente auditiva a ser eleita para a Câmara de Paranaguá (PR). No encontro, foram debatidas ações para tornar os terminais portuários paranaenses e a própria autoridade portuária mais inclusivas e abertas a futuros profissionais do segmento. Entre as iniciativas citadas, estão a abertura de vagas de estágio, a promoção de visitas guiadas para deficientes, o debate sobre a acessibilidade com os operadores de navios de passageiros e a realização de ações de comunicação e marketing com apoio da Central de Intérpretes de Libras de Paranaguá (PR).

São medidas pontuais, com um custo financeiro relativamente pequeno, mas com um impacto social imenso. Cada vez mais o setor portuário demanda uma maior inclusão e mesmo inovação. E para isso, deve estar mais aberto a novos profissionais, sejam eles os estudantes que se preparam para ingressar no mercado de trabalho ou os deficientes, que mesmo preparados, enfrentam barreiras – até mesmo físicas, envolvendo acessibilidade – para atuar no setor.

Parabéns a Portos do Paraná por estar aberta a esse debate e, principalmente, por assumir o compromisso de mudar, assumindo uma postura mais inclusiva. Que esse exemplo, infelizmente ainda bem raro no setor portuário brasileiro, seja repetido por todo o mercado. E, principalmente, que tais promessas não se limitem ao discurso e se tornem realidade. Os portos realizam um serviço público e, quer ele seja executado por estatais ou empresas privadas, não há desculpas para que não haja programas integrando a sociedade e seus cidadãos a esse mercado. Que os próximos passos sejam dados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/03/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DESESTATIZAÇÃO 1

Apesar da posição contrária de integrantes do Governo Federal, o governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos), mantém sua defesa sobre o projeto de desestatização do Porto de Santos (SP), o principal do Brasil. Questionado sobre o tema nesta semana, ele afirmou que continuará defendendo o projeto e citou a audiência que teve sobre essa proposta dias antes, com o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT). “A reunião foi excelente”, resumiu. Tarcísio argumenta que somente repassando a gestão do complexo marítimo para a iniciativa privada, é possível realizar, “em pouco tempo”, os investimentos necessários no Porto.

DESESTATIZAÇÃO 2

Na proposta defendida por Tarcísio, o setor privado assume a administração do porto, mas a regulamentação das atividades e as políticas públicas continuam como responsabilidade do poder público. O executivo Rodrigo Vilaça - membro do Conselho Nacional do Brasil Export, maior fórum de debates sobre logística, transportes e infraestrutura do País - foi designado para integrar o Conselho Superior de Infraestrutura (Coinfra) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

INCLUSÃO 1

A Portos do Paraná, a autoridade portuária do estado, planeja tornar os terminais de carga locais mais inclusivos e com maiores oportunidades de trabalho para estudantes do setor. A ideia é incentivar a abertura de vagas de estágio, promover visitas guiadas para deficientes, debater a acessibilidade com os operadores de navios de passageiros e passar a realizar ações de comunicação e marketing com apoio da Central de Intérpretes de Libras de Paranaguá (PR). Essas ações foram debatidas no início da semana em reunião da Diretoria de Desenvolvimento Empresarial da Portos do Paraná e a vereadora Isabelle Dias, que se tornou a primeira parlamentar deficiente auditiva eleita para a Câmara de Paranaguá.

INCLUSÃO 2

A vereadora destaca que “o Porto de Paranaguá é o sonho de muitos cidadãos. Queremos que as barreiras sejam superadas e vamos trabalhar em conjunto a partir de agora”.

INCLUSÃO 3

De acordo com o diretor de Desenvolvimento Empresarial da Portos do Paraná, André Pioli, o novo vídeo institucional da empresa, lançado no mês passado, já conta com legenda em libras. “Apesar de um passo ainda pequeno, é importante para fazer a inclusão de quem ainda não se sente inserido”, explicou

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/03/2023

NACIONAL – ECONOMIA - CONSÓRCIO VENCE LEILÃO DA 1ª CONCESSÃO RODOVIÁRIA DO PARÁ

Sem concorrentes, grupo arrematou importante corredor logístico para escoamento de cargas

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



O grupo vencedor é formado por quatro empresas: Encalso Construções, Conata Engenharia, Infracon e OCC Crédito: Divulgação

A CONCESSÃO TERÁ DURAÇÃO DE 30 ANOS E PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 3,7 BILHÕES AO LONGO DO PERÍODO

O Consórcio ‘Conquista do Pará’ foi o vencedor do leilão da primeira concessão rodoviária do Pará, que engloba um pacote de rodovias e a Alça Viária que circunda a região



metropolitana de Belém, principal corredor logístico para o escoamento da produção de grãos, minério de ferro, carne e celulose do Estado.

O grupo, formado pelas empresas Encalso Construções, Conata Engenharia, Infracon e OCC, venceu o leilão, que não teve concorrentes, com uma oferta de R\$ 10 milhões de outorga fixa – o preço mínimo definido pelo edital. O pregão foi hoje (15), na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo, e contou com a presença do governador do Pará, Helder Barbalho.

A concessão terá duração de 30 anos e prevê investimentos de R\$ 3,7 bilhões ao longo do período, além da remuneração de outorgas variáveis ao Estado, estimadas em R\$ 441 milhões.

Os trechos leiloados foram: PA-150; PA-475; PA-252; PA-151; PA-483 (acesso a área do Porto de Vila do Conde e à Alça Viária) – vias que somam mais de 520 km.

Estão previstas obras para a duplicação de trechos e a criação de novos acostamentos, além da manutenção e segurança do sistema rodoviário. A nova gestão privada também poderá explorar pedágio em duas rodovias.

Enquanto estava a caminho do evento, Helder Barbalho disse em sua rede social que a concessão significaria economia para o Estado “que não precisará mais investir R\$ 90 milhões por ano na manutenção (das vias), o que permite investir em outras estradas”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/03/2023

CONCESSÃO DE NOVO LOTE DE RODOVIAS ESTÁ EM ESTUDO, DIZ GOVERNADOR DO PARÁ

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

Após a conclusão do leilão, em coletiva de imprensa, o governador do Pará, Helder Barbalho, afirmou que já está sendo estudada a concessão de um novo lote de rodovias, incluindo trechos da PA-279, PA-275 e PA-287.

Ele explicou que deve ser feita uma composição dessas rodovias para que elas possam ser qualificadas em um único lote, visando o “equilíbrio econômico” da oferta.

Barbalho destacou que a PA-279 é importante para os setores de mineração e pecuária; a PA-275, para o escoamento da produção de Carajás – conhecida pela exploração de minérios, e a PA-287 possibilitaria a integração com as rodovias federais BR-155 e BR-158. Em relação às ferrovias, importante demanda do Estado, Helder declarou que o projeto da Ferrovia do Pará está avançado. Ela deve ter 515 km, passar por 12 municípios e conectar a Estrada de Ferro Carajás ao Porto de Vila do Conde.

De acordo com ele, o projeto é liderado pelo Estado, mas “provavelmente” será viabilizado via regime de autorização, em que a via é totalmente privada.

Quanto à Ferrogrão, o governador disse que aguarda uma posição do governo Federal. A construção da ferrovia visa impulsionar o escoamento de grãos do Centro-Oeste pelos portos do Arco Norte. O projeto é discutido há mais de cinco anos e demandaria investimentos de cerca de R\$ 12 bilhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/03/2023

REGIÃO SUDESTE - RECEITA LOCALIZA 670 KG DE COCAÍNA EM CARGA DE EXPORTAÇÃO NO PORTO DE SANTOS

Entorpecente tinha como destino o Porto de Antuérpia, na Bélgica

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A carga utilizada para esconder os tabletes de cocaína era de proteína de soja e estava contida em um contêiner de 40 pés
Crédito: Divulgação/PF

Operação da Receita Federal interceptou 670 kg de cocaína escondidos dentro de um contêiner que seria embarcado no Porto de Santos ontem (15). Segundo as autoridades, a droga seria enviada para o Porto de Antuérpia, na Bélgica. Ninguém foi preso.

De acordo com a Receita, a carga utilizada para esconder os tabletes de cocaína era de proteína de soja e estava contida em um contêiner de 40 pés.

A seleção para conferência física foi feita pela Receita Federal através de critérios objetivos de análise de risco, uso de imagens de escâner e emprego do cão de faro que sinalizou positivamente para a presença de drogas.

Para essa operação, a equipe da Alfândega de Santos contou com a colaboração de servidores da Receita Federal vindos de outros municípios para reforçar as operações de repressão ao contrabando realizadas no complexo portuário santista. Não foram informados de quais cidades vieram os servidores.

Após a confirmação da presença de entorpecentes no carregamento, a Polícia Federal foi acionada para realizar os procedimentos de polícia judiciária e perícia no local dos fatos para dar início a investigação. A droga foi levada para a sede da PF em Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/03/2023

REGIÃO SUL - OPERAÇÃO DETÉM ESTRANGEIROS QUE ENTRARAM NO BRASIL DE FORMA CLANDESTINA POR PARANAGUÁ

Grupo de oito homens entrou sem autorização em um navio que fez escala no continente africano
Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br

Em operação conjunta no início da semana, a Polícia Federal e a Polícia Civil detiveram oito estrangeiros que tentavam entrar de maneira clandestina no Brasil pelo Porto de Paranaguá. De acordo com as autoridades, os oito homens estavam escondidos em um navio cargueiro.

Segundo informações preliminares, os homens, que não apresentaram documentos pessoais, afirmaram que eram naturais de Costa do Marfim. De acordo com a polícia, eles entraram sem autorização a bordo de uma embarcação com escala Porto de Abidjã.

De acordo com as autoridades, os estrangeiros vão permanecer sob responsabilidade da agência marítima representante do armador do navio. Eles deverão aguardar trâmites do processo de repatriação ou de eventual pedido de refúgio.

A atuação conjunta faz parte dos esforços da Operação Albatroz, integrante do programa Guardiões das Fronteiras do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP), que visa reprimir a criminalidade transnacional na costa marítima brasileira, com o trabalho integrado de forças policiais e instituições federais de fiscalização e controle.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/03/2023

REGIÃO SUL - PARANÁ ESTIMA R\$ 600 MILHÕES COM PROBLEMAS NA BR-277

Via é o principal acesso ao Porto de Paranaguá, mas vem sofrendo interdições frequentes, prejudicando o escoamento da soja

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



A BR-277 tem sofrido interdições em razão de rachaduras e afundamento de pista, além de deslizamentos de encostas Crédito: Reprodução/Dnit

O PARANÁ É O SEGUNDO ESTADO QUE MAIS PRODUZ SOJA NO BRASIL

Principal acesso ao Porto de Paranaguá (PR), a BR-277 tem sofrido interdições em razão de rachaduras e afundamento de pista, além de deslizamentos de encostas. Tudo isso vem causando transtornos aos produtores agrícolas do Paraná, que buscam alternativas para escoar a safra da soja. Uma

projeção feita pela Federação da Agricultura do Paraná (Faep) estima um prejuízo de até R\$ 600 milhões caso toda a produção seja direcionada para o Porto de Santos (SP).

O Departamento Técnico e Econômico do Sistema Faep/Senar-PR chegou a esse valor baseado no gasto com frete. No trajeto Cascavel-Paranaguá, que tem 600 quilômetros de distância, o custo para um caminhão com sete eixos e capacidade para 57 toneladas é, em média, de R\$ 4,86 por saca de soja. Já de Cascavel a Santos são mil quilômetros. Nesse caso, o frete fica em R\$ 7,73 por saca. Ou seja, 60% mais caro.


O Paraná é o segundo estado que mais produz soja no Brasil. De acordo com o Governo Estadual, a previsão para a atual safra é de 21 milhões de toneladas colhidas, o que representa 14% da produção nacional. A cidade de Cascavel, usada no cálculo da Faep, fica na região oeste, a maior produtora de soja do Paraná.

Reparos

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) iniciou serviços para conter o avanço de fendas causadas pelo afundamento na BR-277 no trecho do km 33, que causou o bloqueio parcial desde o dia 8 de março. A rodovia federal é a principal estrada que dá acesso ao litoral do Paraná e principal acesso ao Porto de Paranaguá.

O Dnit afirmou que no último sábado, equipes realizaram a instalação de tachões no eixo do desvio. A pista de descida foi interdita em uma extensão de 1,1 quilômetro.

A autarquia federal salientou que os técnicos já concluíram os levantamentos de topografia. Desde a manhã de quarta-feira, equipes técnicas estiveram no local realizando ensaios de sondagem do solo em diversos pontos para avaliar a melhor solução no trecho. “A rodovia está parcialmente interdita e o tráfego de veículos ocorre em pista simples por meio de desvio no local”, afirmou, em nota.



ESPAÇO

Pílulas de AFC – Operador Econômico Autorizado

O Acordo Mundial de Facilitação do Comércio, que temos tratado semanalmente neste Espaço ABTRA, recomenda, ainda em seu Artigo 7, que cada país signatário disponibilize, a agentes do comércio internacional que atendam “voluntariamente” a regras específicas de compliance e segurança, um conjunto de medidas adicionais que, se adotadas, simplificam os procedimentos de importação, exportação e trânsito aduaneiro das cargas transportadas por esses agentes. Já deu pra perceber que estamos falando dos “Operadores Econômicos Autorizados” (OEA).

O programa brasileiro é um dos mais bem elaborados do mundo e têm revolucionado o fluxo da cadeia logística do comércio exterior em termos de segurança e agilidade na liberação das cargas.

Os detalhes do Programa OEA no Brasil, incluindo os requisitos para participação, os tipos de certificação e os benefícios aos operadores certificados, podem ser conferidos em <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/oea>.

Segundo esse portal, depois de comprovar o cumprimento dos requisitos e critérios exigidos no programa, o Operador Econômico Autorizado é certificado como um operador de baixo risco e, assim, “gozará dos benefícios oferecidos pela Aduana Brasileira relacionados à maior agilidade e previsibilidade de suas cargas nos fluxos do comércio internacional”.

O tema é importante e complexo! Por isso, na próxima quarta-feira continuaremos a falar dele. Até lá.

Coluna sob responsabilidade da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra). Jornalista responsável: Milena de Castro

Questionado pelo BE News sobre a duração dos trabalhos, o Dnit não respondeu em quanto tempo o serviço será concluído. Não há previsão de liberação total do trecho.

Também na BR-277, o Dnit informou que no km 41,5 equipes realizam serviços de contenção da encosta com telas de proteção, chumbadoras e hastes. Os serviços estão cerca de 60% executados. A expectativa é que os trabalhos de recuperação continuem até o final de março. A rodovia está parcialmente interditada e o tráfego de veículos ocorre em pista simples por meio de desvio no local.

“Já no km 40 e no km 41,4 os serviços de recuperação estão sendo realizados pelo Governo do Estado do Paraná, após a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica”, disse o Dnit.

Paranaguá

A Portos do Paraná, Autoridade Portuária administradora dos Portos de Paranaguá e Antonina, informou que tanto a descarga de caminhões e vagões quanto o carregamento dos navios pelos portos de Paranaguá e Antonina seguem normalmente.

Nesta semana, em média, cerca de 1.300 caminhões por dia têm sido recebidos no pátio público de triagem, local onde os transportadores aguardam antes de seguir para descarregar os granéis sólidos de exportação no Porto de Paranaguá.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/03/2023

PORTOS - SENADO JÁ TEM DATAS PARA OUVIR MINISTROS MÁRCIO FRANÇA E RENAN FILHO

Os dois irão apresentar os planos de trabalho de seus respectivos ministérios à Comissão de Infraestrutura

Por **MARÍLIA SENA** redacao@portalbenews.com.br



O ministro dos Transportes, Renan Filho, é o primeiro que será ouvido pelos senadores, na próxima terça-feira, dia 21
Crédito: Divulgação

A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, PRESIDIDA PELO SENADOR MARCELO CASTRO, TAMBÉM CONVIDOU OS MINISTROS RENAN FILHO E MÁRCIO FRANÇA, MAS AINDA NÃO HÁ DATA CONFIRMADA PARA AS AUDIÊNCIAS

O ministro dos Transportes, Renan Filho, e o de Portos e Aeroportos, Márcio França, já têm data para comparecer à Comissão de Infraestrutura do Senado.

Renan Filho será o primeiro a ser ouvido pelos senadores em audiência pública na próxima terça-feira, 21. Já Márcio França irá se apresentar ao colegiado na semana seguinte, no dia 28 deste mês.

Os ministros foram convidados pelos senadores para apresentar o plano de trabalho dos seus respectivos ministérios para os próximos dois anos.

O presidente da Comissão de Infraestrutura, Confúcio Moura (MDB-RO), quer ouvir os ministros para que os membros da comissão tenham conhecimento das demandas do setor e encaminhe da melhor forma os projetos que virão.

A Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), também convidou os ministros de Portos e Aeroportos e de Transportes, mas ainda não há data confirmada para as audiências.

Na noite de terça-feira (14), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, acenou para os parlamentares ressaltando a importância das comissões temáticas.

“Um dos trabalhos mais importantes no Congresso é nas comissões [...] é ali na comissão temática que se desenvolve o maior debate, se busca a melhor solução e se aprimora a legislação para poder avançar mais”, disse Alckmin no lançamento da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/03/2023

NACIONAL – PRIMEIRA EDIÇÃO DO INFRAJUR – 3 E 4 DE ABRIL 2023 – MANAUS-AM
BE NEWS - DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



NORTE EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

3 E 4 DE ABRIL
MANAUS
AMAZONAS

PRIMEIRA EDIÇÃO DO INFRAJUR

InfraJUR
Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes

Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes.

Iniciativa irá debater as principais questões e os maiores desafios jurídicos do setor na região Norte.

Local: Quality Manaus
www.forumbrasilexport.com.br

#direitomaritimo
#direitoportuario
#infraestrutura
#meioambiente
#ESG

BRASIL EXPORT
FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/03/2023

NACIONAL - EMPRESÁRIOS DEBATEM FRENTE PARLAMENTAR DE PORTOS E AEROPORTOS

Formação do colegiado foi discutido em reunião do Conselho Nacional do Brasil Export nessa quarta-feira, em Brasília

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br



Barbosa e o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, participaram do encontro do Conselho Nacional ontem (crédito: Divulgação/Brasil Export)

CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE PORTOS E AEROPORTOS TEVE O APOIO DE MAIS DE 200 PARLAMENTARES, REUNIDOS PELO DEPUTADO FEDERAL PAULO ALEXANDRE BARBOSA (PSDB-SP)

A atuação da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA) e suas propostas para esses setores foram discutidas por empresários e pelo deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), responsável pela formação da FPPA, ontem, quarta-feira, dia 15, em Brasília, durante reunião do Conselho Nacional do Brasil Export, maior fórum de debates sobre portos, transportes e infraestrutura do País. No encontro, também foram apresentadas reivindicações da categoria.

A Frente foi lançada oficialmente na noite de terça-feira, dia 14, também em Brasília, reunindo autoridades e lideranças empresariais, além do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), e o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB). O evento teve o apoio do próprio Brasil Export.

E nessa quarta, pela primeira vez, o autor da proposta de criação da FPPA, o deputado Paulo Alexandre Barbosa, debateu com representantes do setor seus planos para o colegiado. A Frente tem como objetivo debater os desafios enfrentados pela iniciativa privada nos segmentos portuário e aeroportuário, além de avaliar as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo para esses mercados – a serem elaboradas pelo próprio Ministério de Portos e Aeroportos. Nessa linha, será um órgão estratégico para o Parlamento discutir as ações da União destinadas aos complexos marítimos e aéreos e receber as demandas do setor privado, explicou o político.

Ainda durante a reunião do Brasil Export, Barbosa destacou que, no próximo encontro da FPPA, será definida sua diretoria, um passo importante para os ajustes do cronograma de atividades do grupo parlamentar, que também se propõe a estreitar mais ainda os laços entre representantes, autoridades e interessados nos portos e nos aeroportos.

Antes de chegar no Congresso Nacional, o deputado foi prefeito de Santos (SP) duas vezes. A cidade abriga parte da área do Porto de Santos, fazendo com que o político participasse dos vários debates relacionados ao segmento.

Paulo Alexandre Barbosa ainda aproveitou a reunião do Conselho Nacional do Brasil Export para anunciar que o Centro de Estudos Brasil Export (CEBE), órgão mantenedor do fórum, será o órgão técnico da frente parlamentar, auxiliando nos debates com os segmentos portuário e aeroportuário.

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, presente no encontro, destacou a importância dessa parceria para as atividades do colegiado parlamentar. “Teremos o Centro de Estudos Brasil Export como o braço técnico da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos será muito importante para ela. Será possível à frente desenvolver suas atividades aproveitando o know-how e os contatos da Cebe, responsável pela organização do maior fórum de debates dos segmentos de transportes, logística e infraestrutura do Brasil. E será possível integrar a FPPA aos eventos que realizamos em todas as regiões do País”, afirmou.

Relações exteriores

Horas antes da reunião, Paulo Alexandre foi eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. O colegiado trata de temas de política externa, tratados e acordos internacionais, entre outros, e da política de defesa nacional.

Para o parlamentar, essa comissão deverá ter atuação destacada na fiscalização da política nacional do setor de inteligência. “A política externa dialoga com várias áreas e interfere na política interna, como vimos na pandemia de Covid-19 e agora com a guerra entre Rússia e Ucrânia, que afeta todos e impacta no fornecimento de defensivos agrícolas”, disse.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/03/2023

AGRONEGÓCIO - NOVO PRESIDENTE TOMA POSSE NA ACEBRA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Goergen tomou posse como presidente da Acebra na noite da última quarta-feira, em Brasília (crédito: Reprodução/Aprosojabr)

A Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (Acebra) conta com um novo presidente, o advogado e ex-deputado federal Jerônimo Goergen. Ele tomou posse no cargo na noite de ontem, quarta-feira, dia 15, em Brasília, prometendo “mobilizar” o setor para vencer os desafios do segmento. O mandato vai até 2025. Integrante do Conselho Nacional do Brasil Export, maior fórum de debates sobre logística, transportes e infraestrutura do País, Goergen tem

20 anos de vida pública, tendo se destacado pela defesa do setor cerealista e do agronegócio brasileiro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/03/2023

NACIONAL - CONSELHO NACIONAL DO BRASIL EXPORT GANHA NOVOS MEMBROS

Integrantes foram apresentados pelo CEO do fórum, Fabrício Julião, em reunião em Brasília

BE NEWS - DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Natália Marcassa, Silvana Alcântara, Ricardo Arten e Mauro Sammarco são os novos conselheiros do Brasil Export

O Conselho Nacional do Brasil Export ganhou mais quatro integrantes, executivos de destaque, apresentados na reunião da entidade realizada ontem, quarta-feira, em Brasília. Os novos conselheiros são: a CEO da MoveInfra, Natália Marcassa; a diretora de Regulatório e Institucional da VLI, Silvana Alcântara; o CEO da Brasil Terminal Portuário (BTP), Ricardo Arten; e o presidente da Associação Comercial de Santos (SP), o empresário Mauro Sammarco.

Os quatro foram saudados pelo CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, que enfatizou a importância do ingresso de executivos com experiências variadas, que vão enriquecer os debates do conselho.



Natália Marcassa foi uma das principais integrantes da equipe de Tarcísio Gomes de Freitas – hoje, governador de São Paulo – no Ministério da Infraestrutura, respondendo de 2019 até o ano passado pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias. Nos últimos meses, assumiu como CEO da MoveInfra, entidade que reúne algumas das principais empresas de infraestrutura do Brasil. “Natália se junta a nosso conselho com uma experiência incrível, principalmente agora, que está à frente de uma nova entidade, a MoveInfra, estratégica para o setor e que já abraçou o Brasil Export como importante canal de integração com o mercado”, afirmou Julião.

“Sinto-me muito honrada e orgulhosa de fazer parte do conselho do Brasil Export, notadamente formado por pessoas de alta reputação nos setores de portos e aeroportos e que, agora, ainda irá atuar junto com a Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos”, disse Natália, referindo-se ao fato de o Centro de Estudos Brasil Export, mantenedor do Brasil Export, ter sido escolhido para dar apoio técnico à frente. “Vamos contribuir para o avanço das pautas de infraestrutura, tão importantes para o País”, afirmou.

Já o ingresso da diretora Silvana Alcântara, da operadora ferroviária e portuária VLI, será importante para aproximar ainda mais os debates do conselho das pautas ferroviárias, explicou Fabrício Julião. “O futuro do transporte brasileiro passa pelos trilhos. Assim é ótimo termos profissionais desse setor em nosso grupo. E ainda ampliamos a presença de executivas, fortalecendo a participação das mulheres”, comentou.

Silvana enfatizou a oportunidade de ingressar no conselho. “Como mulher e profissional da área de infraestrutura há mais de 20 anos, me sinto privilegiada pelo convite e espero contribuir com este grupo de pessoas renomadas, respeitadas e com profundo conhecimento do setor. Será um aprendizado para mim.”

O colegiado também reforça a participação de executivos portuários com o ingresso de Ricardo Arten, CEO do Brasil Terminal Portuário (BTP), um dos principais terminais de contêineres do Porto de Santos (SP). Para o CEO do Brasil Export, o conselho ganha com a chegada de Arten, “uma grande liderança no principal complexo marítimo do Brasil”.

O CEO da BTP agradeceu o convite, lembrando do papel do Brasil Export para o mercado de infraestrutura. “É muito importante para o setor iniciativas como essa, de reunir as lideranças em benefício de discussões e de propositura de ações para desenvolver a infraestrutura nacional. Estou pronto para contribuir com o grupo, e juntos avançarmos na pauta de competitividade e sustentabilidade do nosso setor”, disse.

O Conselho Nacional do Brasil Export também passa a contar com Mauro Sammarco, presidente da Associação Comercial de Santos, “uma entidade centenária e de papel de destaque nos debates da economia do Porto de Santos e de São Paulo. Será uma voz importante em nosso grupo”, afirmou Fabrício Julião.

Sammarco comentou a oportunidade de integrar o conselho, formado por lideranças do setor. “Como presidente da Associação Comercial de Santos, celebro o convite para integrar o Conselho Nacional do Brasil Export, estando lado a lado com as principais lideranças do setor portuário brasileiro, o que trará grandes benefícios para os nossos associados”.

DF Export

Na reunião do Conselho Nacional dessa quarta-feira, Fabrício Julião também anunciou a formação do Distrito Federal Export, conselho que reunirá autoridades e empresários de transportes, logística e infraestrutura da Capital Federal. Desde o início do ano, o Brasil Export tem fomentado a criação de conselhos estaduais, ampliando as pautas locais nos debates realizados. A proposta é que cada unidade da federação tenha seu próprio conselho.

Conforme anunciou Julião, o Distrito Federal Export será comandado pelo executivo Cláudio Valverde.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/03/2023

NACIONAL - PARLAMENTARES E EMPRESÁRIOS DEBATEM RELANÇAMENTO DA FRENLOGI

BE NEWS - DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Oliva, Fagundes e Julião se reuniram em Brasília (crédito: Divulgação)

O relançamento da Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura e Logística (Frenlogi) foi debatido ontem, em Brasília, por políticos e empresários. Participaram da reunião o presidente da Frenlogi, senador Wellington Fagundes (PL-MT), o presidente do Conselho Gestor do Instituto Brasil Logística (IBL), o empresário Roberto Oliva, e o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião. O IBL é uma entidade sem fins lucrativos que defende o aumento da intermodalidade na matriz logística do País, dando apoio técnico à Frenlogi.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/03/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

ÁREA DE ANTIGOS ARMAZÉNS PORTUÁRIOS EM SANTOS SE TRANSFORMARÁ EM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER

Informações: Prefeitura de Santos (16 de março de 2023)

A área entre os armazéns 4 e 7, entre as ruas da Constituição e Riachuelo, no Centro de Santos, deve se transformar em um espaço de lazer e convivência até 2026. Chamado de 'Parque Valongo', o projeto que está em elaboração dará acesso ao canal do porto, e prevê espaço com novo mobiliário, pisos e paisagismo, assim como áreas de contemplação e espaços para eventos, atividades esportivas, de lazer e culturais.

A iniciativa tem o objetivo de acompanhar o processo de transformação do Centro.

“Incentivamos a habitação e o repovoamento desta região através de várias ações, como os mais de R\$ 100 milhões investidos em intervenções em praças, a chegada do VLT, empreendimentos voltados para moradia, além dos inúmeros pedidos de reforma para habitação que estamos recebendo, tudo dentro desse processo de retomada do Centro”, afirma o prefeito Rogério Santos.

E para acompanhar as mudanças, o chefe do Executivo explica que é importante criar espaços qualificados de lazer, convivência, cultura e contemplação para as pessoas que vivem ou visitam na Região Central da Cidade. O novo projeto vai se integrar à revitalização da Rua Tuyuti.

O projeto do novo parque público é fruto de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Ministério Público Estadual (MPE) e Autoridade Portuária (SPA). O processo conta com participação

ativa da Prefeitura de Santos, a convite do MPE, para aproximar o novo equipamento dos anseios da população santista como forma de compensação pela atividade portuária no conjunto que está sob proteção ao patrimônio histórico cultural.

Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Urbanos (Sedurb), Glaucus Farinello, está previsto que o armazém 4 seja integrado ao parque, tornando-se um espaço para atividades culturais, sob gestão da Prefeitura, enquanto o armazém 7 ficará sob responsabilidade da SPA, que deve destiná-lo a atividades educacionais e tecnológicas em parceria com universidades. Já o espaço entre os armazéns 5 e 6, que já não existem mais, será utilizado para a construção da área aberta do projeto.

Glaucus também explica que a reurbanização do Parque Valongo envolverá participação da sociedade através de consultas e audiências públicas, em que os santistas poderão dar sua contribuição para o desenvolvimento do novo espaço. Se tudo correr como o planejado, os projetos devem ser concluídos ainda neste ano, com início em até 12 meses. A obra deve ser executada no período de dois anos.

Além da pasta de Desenvolvimento Urbano, também estão envolvidas no projeto as secretarias municipais de Assuntos Portuários e Emprego (Seporte) e de Assuntos Estratégicos, Legislativos e Metropolitanos (Saes). Os investimentos previstos para o parque estão na ordem de R\$ 15 milhões.

DEMAIS INTERVENÇÕES

A área utilizada por pessoas que fazem a travessia de barcas Santos-Guarujá, assim como por empresas portuárias para embarque de funcionários, está situada entre os armazéns 4 e 7, espaço que receberá a reurbanização, e por isso também poderá ser beneficiada. Como pertence ao Estado e às empresas do Porto, a readequação do local ainda precisará ser discutida entre a Municipalidade, o órgão estadual e as companhias.

Também está previsto que o Terminal Marítimo de Passageiros, hoje situado no Macuco, seja transferido para a área dos armazéns 1, 2 e 3. A alteração está no planejamento da Autoridade Portuária, e visa aproximar o turismo marítimo do Centro da Cidade, também contribuindo para a retomada da região.

Confira as imagens

<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/area-de-antigos-armazens-portuarios-em-santos-se-transformara-em-espaco-cultural-e-de-lazer>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/03/2023

CHINA REABRIRÁ FRONTEIRA INTERNACIONAL PELA 1ª VEZ DESDE 2020

Informações: Poder 360 (16 de março de 2023)

A China irá reabrir totalmente suas fronteiras pela 1ª vez desde o início da pandemia de covid-19, em 2020. Os vistos para turistas voltarão a ser emitidos a partir de 4ª feira (15.mar.2023). As informações são da agência de notícias Reuters.

Os vistos emitidos antes do fechamento das fronteiras, em 28 de março de 2020, também serão aceitos pelas autoridades chinesas. Locais como a ilha de Hainan, no sul do país, procurada por turistas, voltará a não pedir visto. A entrada de estrangeiros vindos de Hong Kong e Macau, por exemplo, também será permitida sem o documento.

O governo também adicionou mais 40 países à lista de destinos permitidos para os chineses viajarem em grupo, totalizando 60 destinos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/03/2023

DETRAN SP ADERE A SISTEMA QUE OFERECE DESCONTO DE 40% EM MULTAS PARA MOTORISTAS

Informações: Governo do Estado de São Paulo (16 de março de 2023)



Os motoristas de São Paulo vão poder quitar multas de trânsito aplicadas pelo Detran.SP com até 40% de desconto. A vantagem é oferecida a partir da adesão do Governo de SP ao Sistema de Notificação Eletrônica (SNE). Para ter acesso à redução do valor, os condutores deverão reconhecer a infração e abrir mão de apresentar defesa ou recurso à notificação.

A adesão ao SNE foi anunciada pelo governador Tarcísio de Freitas nesta quarta-feira (15). O Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP) também integrará as notificações ao SNE em uma segunda etapa.

A iniciativa é resultado de articulação entre a Secretaria de Gestão e Governo Digital e o Detran.SP, com apoio da Empresa de Tecnologia do Governo do Estado (Prodesp). A ação segue diretriz do Governo de SP de informatizar processos e atender melhor e com mais agilidade às demandas da população.

“A digitalização é fundamental para economizarmos recursos e tempo, para tornar a vida do cidadão mais fácil e proporcionar transparência. Quanto mais digital, melhor vai ser a sensação da prestação do serviço. O nosso cidadão merece um serviço prestado com qualidade. Estamos dando um pequeno passo hoje, mas daremos passos firmes e seguros na direção da digitalização. 40% de desconto é um dinheiro importante e que vai sobrar para outras obrigações no orçamento familiar”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas

Também será possível conhecer pelo SNE detalhes de cada multa, reconhecer o cometimento da infração, copiar o código de pagamento e realizar a indicação do condutor responsável pela infração.

“A adesão ao SNE torna esse processo mais rápido, preciso e econômico para o Estado. Com isso, atendemos melhor o cidadão que consegue ter acesso às informações de seu veículo de maneira rápida e descomplicada, além da vantagem de poder regularizar multas com até 40% de desconto. Esse é o caminho da transformação digital que teremos em São Paulo”, ressalta o secretário de Gestão e Governo Digital, Caio Paes de Andrade.

Como aderir

Qualquer proprietário de veículo automotor, pessoa física ou jurídica, pode aderir ao SNE. Para isso, deve estar previamente cadastrado no portal da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) ou no próprio aplicativo da CDT (o mesmo utilizado para a CNH Digital e o CRLV-e.), disponível para os sistemas Android e iOS.

Após a efetivação do cadastro, basta habilitar em qualquer um dos dois canais a opção para adesão ao SNE através da opção “Infrações”. A partir daí, é possível baixar cada multa para pagamento com valor reduzido, válido até a data do vencimento original, desde que o motorista renuncie ao recurso ou defesa e faça o reconhecimento da infração antes da disponibilização da notificação de penalidade da referida multa no sistema.

Com o usuário logado na plataforma, ele pode incluir o cadastro de um ou mais veículos de sua propriedade. Para isso, o condutor deve preencher os campos placa e Renavam do veículo e aguardar a validação dos dados. Em seguida, o usuário opta pela adesão daquele veículo ao SNE. A cada notificação recebida e visualizada, solicita o pagamento da respectiva multa com desconto, abrindo mão de eventual recurso.

A implementação do SNE é parte de um amplo pacote de transformação digital no Estado, coordenada pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, visando facilitar o cotidiano e promover melhor qualidade de vida dos cidadãos paulistas.

A adesão ao SNE é facultativa. Aqueles que não se cadastrarem no meio eletrônico continuarão recebendo as notificações de multas por correspondência. Entretanto, não terão direito ao desconto de até 40%. A oferta do desconto é baseada justamente na economia de custos obtida por meio da



digitalização do processo de aviso e das cobranças, das dispensas da impressão das notificações de autuação e de infração e da análise dos eventuais recursos.

Vale o alerta aos motoristas que já possuem o Carteira Digital de Trânsito (CDT) instalado, para que façam a atualização do aplicativo para a nova versão (iOS e Android), a fim de que tenham acesso ao benefício da conexão do Estado de São Paulo ao SNE.

Benefícios

Com o SNE, também será possível reduzir os custos de processamento das multas aplicadas pelo Detran.SP, que são arcados com recursos de toda a sociedade. Estimativas da autarquia apontam que o fim da impressão e do envio das notificações de autuações e de penalidades devem economizar mais de R\$ 1 milhão ao mês com custos de remessas de correspondências. O Detran.SP emite cerca de 391 mil notificações mensalmente.

Há ainda o ganho ecológico, a redução de custos com a eliminação do papel e da quantidade de profissionais ocupados com esse processo, que podem ser deslocados para a prestação de outros serviços.

O SNE

O SNE foi incluído no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) em abril de 2021. A medida estabelece que os órgãos autuadores de trânsito, nas três esferas de poder, são autônomos e independentes para aderirem ao sistema federal.

“O foco do órgão público deve ser sempre o cidadão e nossa prioridade está na implantação de facilidades que permitam a oferta de serviços de excelência à população paulista. Nesse contexto, atender demandas com agilidade – e ainda com descontos para nossos clientes – valoriza os princípios de transparência, rapidez e economia, que são prioritários em nossa gestão”, afirma o diretor-presidente do Detran.SP, Eduardo Aggio de Sá.

Coube à Prodesp viabilizar a integração sistêmica do serviço entre o Detran.SP e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que operacionaliza o SNE, para permitir aos proprietários de veículos receberem notificações de forma eletrônica e obterem descontos no pagamento das infrações de trânsito.

“Nossa expertise em TI está voltada para tornar o Estado mais digital por meio de soluções inovadoras. Desse modo, a Prodesp atuou efetivamente na junção de esforços para a integralização dos sistemas, atendendo as necessidades dos nossos clientes e da população sempre com os melhores serviços”, destacou o presidente da Prodesp, Gileno Gurjão Barreto.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/03/2023

COM POSSE DE 94 PARLAMENTARES, ALESP DÁ INÍCIO À SUA 20ª LEGISLATURA

Informações: ALESP (16 de março de 2023)

A 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo teve início nesta quarta-feira (15), com a posse dos 94 parlamentares escolhidos para representar população paulista nos próximos quatro anos. A sessão solene preparatória dos trabalhos foi realizada no Plenário Juscelino Kubistchek, na sede da Alesp. Na ocasião, cada deputado e deputada prestou seu compromisso com o mandato, prometendo cumprir o que está previsto na Constituição.

Do total dos parlamentares que compõem essa nova legislatura, 55 são reeleitos, ou seja, já estavam na anterior e foram reconduzidos ao cargo. Outros 32 assumem o posto pela primeira vez, defendendo diferentes causas e regiões do Estado. Os sete deputados e deputadas restantes estão voltando à Casa de Leis depois de já terem assumido o posto em algum momento histórico e ter ficado de fora na última legislatura.



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, acompanhou o momento. Na ocasião, como é de praxe, fez a entrega do documento mensagem sobre a situação do Estado de São Paulo em diversas áreas. Em seu pronunciamento, parabenizou os empossados e disse esperar por parcerias entre o Executivo e Legislativo.

“São muitos os desafios e eu tenho certeza de que esta Casa será instrumento para a conquista, para a construção de políticas públicas de qualidade. Esperem do Governo do Estado de São Paulo uma postura de diálogo. O Governo vai estar sempre preocupado em promover o desenvolvimento, em promover a dignidade das pessoas. Entendemos que o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa caminharão juntos, promoverão política pública de qualidade juntos”, discursou Tarcísio.

O evento

A sessão solene foi aberta e presidida por Carlão Pignatari (PSDB), que esteve à frente do órgão nos últimos dois anos e foi reconduzido ao cargo de deputado novamente. Ele aproveitou o momento para agradecer a parceria dos parlamentares no último biênio. “Conduzimos com a maior tranquilidade a Assembleia Legislativa de São Paulo. Então, quero agradecer a todos”, disse.

O 1º secretário da 19ª Legislatura, Luiz Fernando Teixeira (PT), secretariou os trabalhos, contando com a ajuda do 2º secretário, Rogério Nogueira (PSDB). Também compôs a Mesa Diretiva da sessão, além do governador e deputados, o presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Wanderley José Federighi.

Para formalizar o início da legislatura, conforme está previsto na Constituição Estadual e no Regimento Interno da Alesp, Pignatari, representando todos os parlamentares, prestou o seguinte compromisso: “Prometo fielmente desempenhar o meu mandato, promovendo o bem geral do Estado de São Paulo, dentro das normas constitucionais”.

Em seguida, fez a chamada nominal de cada um dos parlamentares presentes, que foram até o microfone e responderam “Assim o prometo”. Finalizada essa etapa, todos foram considerados empossados. Antes, porém, cada deputado ou deputada precisou entregar o diploma recebido pela Justiça Eleitoral, que confirma as condições para exercer o mandato, e a sua declaração de bens. Esses procedimentos também estão previstos na Legislação.

A cerimônia de posse teve início às 15h e durou cerca uma hora. Além dos novos parlamentares, o Plenário recebeu autoridades públicas, familiares e amigos dos empossados e profissionais da imprensa. O evento foi transmitido em tempo real pela TV Rede Alesp, pelo canal do órgão no YouTube e pelas redes sociais.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/03/2023

GOVERNO DE SP APRESENTA PORTFÓLIO DE PROJETOS DO PPI ESTADUAL A INVESTIDORES ALEMÃES

Informações: Governo do Estado de São Paulo (16 de março de 2023)

O governador Tarcísio de Freitas apresentou a investidores alemães os projetos que integram o Programa de Parcerias de Investimentos de São Paulo (PPI-SP) nesta quarta-feira (15). O debate integrou o Painel Brasil-Alemanha, no Palácio dos Bandeirantes.

No fim de fevereiro, foram qualificados 15 projetos de concessões e de parcerias-privadas (PPPs) (<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-qualifica-15-projetos-no-ambito-do-programa-de-parcerias-de-investimentos/>) e mais dois de privatizações (<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sp-autoriza-estudos-para-desestatizacao-da-sabesp-e-da-ema-e-2/>) no âmbito do PPI. O total dos investimentos pode alcançar R\$ 180,17 bilhões.

“Colocamos ativos muito importantes nesse programa. Tenho certeza de que, como os modelos estão ficando muito interessantes e muito sofisticados, temos como proporcionar oportunidades concretas para os investidores”, destacou Tarcísio de Freitas.



Com a qualificação, estão sendo elaborados estudos para avaliar a viabilidade das concessões, PPPs e privatizações propostas, além de serem levantados modelos de negócio para a estruturação desses projetos. Estão na lista empreendimentos nas áreas de educação, cultura, desenvolvimento urbano e habitação, loterias, transporte rodoviário intermunicipal e aquaviário, rodovias, recursos hídricos e infraestrutura rodoviária.

O PPI-SP

O Programa de Parcerias de Investimentos tem como objetivo ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo. A atuação da iniciativa será baseada na sustentabilidade dos projetos, na segurança jurídica, na estabilidade das normas e observação, além das melhores práticas nacionais e internacionais. Esses pilares vão nortear a relação entre o Estado de São Paulo e as empresas parceiras.

Reindustrialização

Tarcísio de Freitas também falou sobre os planos para fomentar a ampliação da atividade industrial em São Paulo. “São Paulo é o maior parque industrial alemão fora da Alemanha, e sempre será. Estamos tomando uma série de medidas para facilitar e atrair investimentos e contamos com o apoio alemão, que já é muito presente no nosso Estado”, afirmou.

Também participaram do debate o diretor da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Ronaldo Koloszuk; o gerente-geral da Associação Alemã de Fabricantes de Máquinas e Instalações Industriais (VDMA) no Brasil, Thomas Ulbrich; o presidente da GTAI German Trade and Invest, Robert Hermann; e o diretor-executivo da Comissão para América Latina da Indústria Alemã (LADW) junto à Confederação Alemã da Indústria (BDI), Rafael Haddad. A moderação foi feita por Philipp Klose-Morero, da Rödl & Partner.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/03/2023

TURISTAS ESTRANGEIROS DE CRUZEIRO VOLTAM A TOMAR CONTA DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTOS

Informações: Santaportal (16 de março de 2023)

O Centro Histórico de Santos voltou a ter um colorido diferente na manhã desta quarta-feira (15), com pessoas circulando e falando inglês, espanhol e outros idiomas. Eram os passageiros do navio Norwegian Star, que chegou ao Porto de Santos pela manhã.

Mais de 1,9 mil passageiros em trânsito vieram de Punta del Este (Uruguai). Destes, aproximadamente 500 adquiriram passeios com agências de receptivo lotando 13 ônibus para passear pela Cidade para visitar pontos turísticos como Orquidário, Memorial das Conquistas do Santos F.C, Museu do Café, Museu Pelé e linha turística do bonde. Muitos também vieram por conta própria de táxi.

Com capacidade para 2,3 mil passageiros, o Norwegian Star fez nesta quarta-feira a sua segunda e última escala em Santos nesta temporada. No fim da tarde, está prevista sua partida rumo a Ilha Grande (RJ).

Temporada

A temporada 2022/2023 é a maior em movimentação dos últimos 10 anos. A expectativa é de que o terminal marítimo Giusfredo Santini receba até 561 mil turistas e sejam injetados até R\$ 390 milhões na economia local. O porto vai receber 17 navios em 143 escalas até 16 de abril.

Conforme um estudo da Associação Brasileira de Navios de Cruzeiros (CLIA Brasil) com a FGV, cada turista gasta entre R\$ 770 (embarque ou desembarque) e R\$ 605 (em trânsito) com alimentação, bebidas, presentes, passeios etc.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/03/2023



PORTO DE PARANAGUÁ NEGA ATRASOS NO EMBARQUE DE SOJA

Informações: Moneytimes (16 de março de 2023)

Autoridades no porto de Paranaguá minimizaram preocupações relacionadas ao embarque da soja brasileira por causa de problemas na BR-277, a principal via de acesso ao porto.

Em comunicado nesta quarta-feira, a autoridade portuária também negou que haja uma fila crescente de navios esperando para carregar soja, mesmo em meio a relatos de caminhoneiros enfrentando bloqueios totais ou parciais na rodovia durante o verão chuvoso no Brasil.

Um comerciante de grãos disse que alguns navios estão aguardando até 35 dias para carregar as cargas em Paranaguá, num momento em que a colheita da soja está em pleno andamento.

O aumento no tempo médio de embarque de Paranaguá estaria levando as nomeações de navios para Santos, disse um analista.

Em 8 de março, o governo do Paraná instou o Ministério dos Transportes a reparar a rodovia depois que uma fissura bloqueou brevemente o tráfego nos dois sentidos no KM 33.

Em nota, o Estado disse que “o alerta... é uma preocupação diante da necessidade de escoamento da maior safra da história, estimada em 20,89 milhões de toneladas de soja” apenas no Paraná.

Neste momento, os produtores ainda colhem a soja em vários Estados do País. O Brasil deve exportar cerca de 14 milhões de toneladas da oleaginosa em março, segundo estimativas da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec).

Nos dois primeiros meses de 2023, as exportações de soja via Paranaguá caíram 50%, para cerca de 900.000 toneladas, disse a autoridade portuária, culpando o excesso de chuvas e atrasos na colheita pela queda.

Atualmente, 56 navios aguardam no mar para se aproximar do porto, enquanto 100 embarcações devem chegar até 24 de abril para carregar ou descarregar vários tipos de cargas, disse a autoridade.

“Nem todos os navios que aguardam ao largo estão prontos para atracar nos portos do Paraná”, disse o Diretor de Operações Gabriel Vieira, no comunicado da autoridade portuária. “Um navio pode estar em porto apenas para garantir o posicionamento, por chegada, por questões estratégicas de mercado”.

Segundo Vieira, todas as embarcações “com a check-list completa estão atracando e carregando sem qualquer atraso”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/03/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

LEWANDOWSKI SUSPENDE TRECHOS DA LEI DAS ESTATAIS QUE RESTRINGE INDICAÇÕES DE POLÍTICOS EM EMPRESAS PÚBLICAS

A decisão liminar do ministro do STF será analisada pelos colegas no plenário virtual
Por Manoel Ventura — Brasília



O ministro Ricardo Lewandowski, do STF – Foto : Nelson Jr./STF

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesta quinta-feira a necessidade de uma quarentena de três anos para que dirigentes partidários e pessoas que tenham trabalhado no comando de campanhas eleitorais assumam cargos no alto comando de empresas estatais. A regra é estabelecida pela Lei das Estatais, em vigor desde julho

de 2016 e que tem como um dos objetivos barrar interferências políticas nas empresas vinculadas ao poder público.

O assunto já estava em análise pelo plenário virtual da Corte, mas o ministro André Mendonça pediu vista, na semana passada. Lewandowski, então, atendeu a um pedido do PCdoB, autor da ação, que argumentou que a interrupção do julgamento do mérito por André Mendonça no sábado prejudica o calendário de indicação dos membros das estatais este ano.

O ministro entende que as alterações na Lei das Estatais feitas em 2016, durante a gestão de Michel Temer, são inconstitucionais. A decisão liminar de Lewandowski será analisada pelos colegas no plenário virtual do STF.

Com a liminar, a restrição da lei vai se limitar às pessoas que ainda participam de estrutura decisória de partido político ou de trabalho vinculado a campanha eleitoral.

A lei proíbe que pessoa que atuou, nos últimos três anos, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral seja nomeada para o conselho diretor ou diretoria de estatais. Lewandowski considerou esse trecho inconstitucional e proibiu apenas a manutenção do vínculo partidário a partir do efetivo exercício no cargo de diretor ou conselheiro.

Lewandowski também derrubou o trecho da lei que impede a indicação para diretoria e conselho das estatais de ministro de Estado e secretários sem vínculo permanente com o serviço público.

Na decisão, Lewandowski afirmou que a Lei das Estatais "incorporou ao nosso sistema jurídico inúmeras regras de governança corporativa, indiscutivelmente positivas, que contribuem para conferir mais transparência, controle, previsibilidade e imparcialidade às atividades das empresas estatais a ela submetida".

O ministro ressaltou, no entanto, que há indicações de que a lei criou situações que impedem a escolha de representantes que acabam, na prática, por inviabilizar nomeações.

Para o ministro, apesar das regras da Lei das Estatais tentarem evitar o aparelhamento político das empresas estatais e humanizá-las contra influências espúrias, na verdade, "acabaram por estabelecer discriminações desarrazoadas e desproporcionais – por isso mesmo inconstitucionais – contra aqueles que atuam, legitimamente, na esfera governamental ou partidária".

A Câmara aprovou em dezembro um projeto que, na prática, alterava os pontos da Lei agora derrubados pelo ministro do STF. O tema não foi até agora votado pelo Senado.

É do interesse do governo Lula a flexibilização da regra, que chegou a defender no STF contra as restrições aos políticos em empresas públicas. Uma das indicações travadas por conta da lei é a nomeação do ex-governador de Pernambuco Paulo Câmara para comandar o Banco do Nordeste. Como foi vice-presidente do PSB, partido do qual se desfilou em janeiro, Câmara depende de uma alteração na Lei das Estatais para assumir o cargo no banco público.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/03/2023

MÁRCIO FRANÇA INSISTE EM PROGRAMA DE PASSAGENS AÉREAS A R\$ 200, QUE PROMETE TIRAR DO PAPEL ATÉ JULHO

Anúncio dessa ideia no início da semana irritou Lula e foi um dos episódios levaram o presidente a pedir que ministros evitem divulgar 'genialidades' antes de passar pela Casa Civil

Por Bruno Rosa — Rio



França (PSB) – Foto : Edilson Dantas / Agência O Globo

O Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, voltou hoje a prometer um programa que vai oferecer passagens a R\$ 200. Ele afirmou que espera formatar o "Voa Brasil" até julho deste ano. Ele afirmou ainda que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) vai coordenar um grupo de trabalho com as empresas áreas, como Latam, Gol e Azul, e as entidades do setor para definir as futuras regras.

— Acho que daqui até julho a gente vai ter isso formatado. É claro que isso só passa a ser um programa na hora que ele estiver montado.

No início da semana, esse anúncio feito por França sem autorização do Palácio do Planalto irritou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e levou o ministro a telefonar à Casa Civil para se explicar. O episódio foi um dos que encorajaram o presidente a dar um duro recado aos seus auxiliares durante a reunião ministerial desta terça-feira, na tentativa de evitar que casos como esse se repitam.

Lula pediu que "nenhuma genialidade" seja anunciada pelos ministros sem passar pela pasta da Casa Civil, chefiada pelo ministro Rui Costa, que tem um papel de coordenador no governo. Hoje, França afirmou que apresentou o programa à Casa Civil:

— Dentro da Casa Civil tem um setor que coordena a PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Eu apresentei a concepção e disse que fui procurado pelas empresas para isso.

Dentro dos trabalhos que serão realizados nos próximos meses, o ministro disse ainda que os aeroportos poderão ajudar a criar condições para as passagens aéreas mais baratas.

-- Há uma segunda etapa. Não tem muito sentido os aeroportos que são concessionários não nos ajudarem nisso. A gente quer que eles ajudem. Então vamos também conversar com eles para que eles possam eventualmente nos ajudar, reduzindo o valor da taxa, eventualmente dando um pedaço da taxa do embarque para que as pessoas consumam em refeição no aeroporto. Esse público não está viajando faz cinco anos. Se eu vou tentar atraí-lo para essa viagem, o concessionário também vai ganhar.

França afirmou que o programa não terá subsídio do governo. Segundo o ministro, a proposta que as empresas aéreas trouxeram é trabalhar com o público que tem renda mensal fixa, como servidores públicos de todos os níveis, de previdência (aposentados ou pensionistas) e estudantes com algum vínculo com o Fiéis, o programa de financiamento estudantil. Ele citou ainda que poderiam ser ainda os inscritos do Bolsa Família.

O ministro deu as declarações no Rio, onde participou do seminário "O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios", realizado pela Editora Globo, com patrocínio da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac). Na

abertura do evento, o ministro defendeu a importância da reforma tributária e de uma nova regra fiscal para a economia brasileira:

-- Precisamos criar arcabouço fiscal e a aprovação da reforma tributária vai ser muito importante. A economia andando bem e se a política tiver arrumada, a gente consegue andar corretamente -- disse ele, lembrando que os investimentos na área de cabotagem devem chegar a R\$ 20 bilhões neste ano.

O ministro criticou ainda as medidas de privatizações feitas no governo anterior. Para ele, apesar de aeroportos terem sido entregues à iniciativa privada por meio de concessões, o país não tem terminais públicos com foco em integração nacional, assim como os portos. Afirmou que o país tem direito de proteger setores estratégicos.

Lembrou ainda que o governo Lula vai investir na interiorização da cabotagem (navegação) do país.

— O governo anterior tinha o conceito de liberdade comercial. Mas nem sempre estamos em níveis iguais de competição. Mas isso ficou para trás. Vamos aperfeiçoar as legislações que foram aprovadas. Houve avanços, mas há imperfeições que precisam ser corrigidas -- afirmou França, sem entrar em detalhes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/03/2023

FRANÇA DEFENDE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO USO DE PRECATÓRIOS NO PAGAMENTO DE CONCESSÕES, QUE FRUSTROU EMPRESAS

Ministro dos Portos e Aeroportos argumenta que é preciso regular o uso desses papéis pelas concessionárias para evitar questionamentos aos leilões

Por Bruno Rosa — Rio



O ministro Márcio França – Foto : Domingos Peixoto

O Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, defendeu a decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) que revogou ontem uma portaria que permitia o uso de precatórios (dívidas da União com empresas reconhecidas pela Justiça sem possibilidade de recurso) no pagamento de concessões e em compra de imóveis. Ele indicou que a medida busca evitar insegurança jurídica em relação a contratos de concessões, como os de aeroportos, rodovias, terminais portuários e ferrovias.

Segundo ele, a AGU quer avaliar se os pagamentos “são absolutamente líquidos ou não”. O ministro afirmou que, embora existam precatórios com vencimento neste ano, há papéis desse tipo que têm pagamento previsto para 2024 e anos seguintes. Nesses casos, há uma questão envolvendo o valor, explicou:

— E a pergunta é: eles devem valer o mesmo preço? Devem ter o mesmo valor se for atual, porque as outorgas são feitas em dinheiro. Se você usa um dinheiro que é disponível daqui a 3 anos, alguém que não participou da concorrência pode falar ‘se eu soubesse que era assim, eu tinha feito, tinha entrado na concorrência. Então, a AGU agiu corretamente — disse França.

Agora, a expectativa é que seja criado um grupo de trabalho para definir as regras para o uso dos precatórios no pagamento das concessões. Em 2021, o Congresso aprovou uma emenda na Constituição para permitir o uso dos precatórios de modo "autoaplicável" no pagamento das concessões, uma demanda antiga do setor de infraestrutura.

— Tem alguns casos novos que foram julgados no Supremo (Tribunal Federal), por exemplo, e mudaram algumas alíquotas. A pergunta é: depois que o precatório foi estabelecido, ele é imutável? Se a AGU entender que esses precatórios são imutáveis e se são líquidos para esse momento, eles podem ser usados, porque a Constituição foi alterada para poder dizer que eles são autoaplicáveis -- afirmou França.

O ministro deu as declarações no Rio, onde participou do seminário “O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios”, realizado pela Editora Globo, com patrocínio da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac). Na abertura do evento, o ministro defendeu a importância da reforma tributária e de uma nova regra fiscal para a economia brasileira:

-- Precisamos criar arcabouço fiscal e a aprovação da reforma tributária vai ser muito importante. A economia andando bem e se a política tiver arrumada, a gente consegue andar corretamente -- disse ele, lembrando que os investimentos na área de cabotagem devem chegar a R\$ 20 bilhões neste ano.

O ministro criticou ainda as medidas de privatizações feitas no governo anterior. Para ele, apesar de aeroportos terem sido entregues à iniciativa privada por meio de concessões, o país não tem terminais públicos com foco em integração nacional, assim como os portos. Afirmou que o país tem direito de proteger setores estratégicos.

Lembrou ainda que o governo Lula vai investir na interiorização da cabotagem (navegação) do país.

— O governo anterior tinha o conceito de liberdade comercial. Mas nem sempre estamos em níveis iguais de competição. Mas isso ficou para trás. Vamos aperfeiçoar as legislações que foram aprovadas. Houve avanços, mas há imperfeições que precisam ser corrigidas -- afirmou França, sem entrar em detalhes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/03/2023

BANCOS SUSPENDEM CONCESSÃO DE CONSIGNADO PARA APOSENTADOS, APÓS TETO DE JUROS IMPOSTO PELO GOVERNO

Pelo menos oito instituições financeiras comunicaram a clientes a suspensão das linhas de empréstimo com desconto em folha para aposentados

Por Geralda Doca e Ana Flávia Pilar — Brasília e Rio



Levantamento da Febraban mostra que 21 correspondentes bancários sofreram sanções por irregularidades com crédito consignado Arquivo – Foto : Arquivo

A redução do teto de juros do empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS, de 2,14% para 1,70%, já surte efeito contrário ao esperado pelo governo na concessão desse tipo de crédito.

Pelo menos oito instituições já anunciaram a suspensão temporária da linha: Mercantil do Brasil, Pan, PagBank, Bem Promotora, Daycoval, Itaú, C6 e Bradesco. Técnicos da Caixa Econômica Federal afirmam de modo reservado que a instituição terá de dificuldade de manter a oferta, pois já cobra 1,8% ao mês, uma das baixas do mercado.

A medida foi proposta pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), que tem representantes do governo, dos empregadores, trabalhadores, aposentados e pensionistas, na segunda-feira.

Historicamente, sempre houve representantes do Planejamento e da Fazenda no Conselho. O problema é que o colegiado estava sem esses integrantes da equipe econômica. Eles ocupavam as vagas de suplentes, mas participavam dos debates.



Carlos Lupi, ministro da Previdência Social — Foto: Cristiano Mariz

No início deste mês, foram exonerados Hébrida Verado Moreira Fam, que representava o Ministério da Economia, e Erik Alencar Figueiredo, que foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), também indicação da Economia. Ainda foi dispensado Rogério Nagamine Costanzi da função de membro titular. Atualmente, há três vagas em aberto entre os suplentes.

R\$ 7,6 bi concedidos só em janeiro

Segundo a Febraban, com base nos dados do Banco Central, as linhas de crédito consignado do INSS (empréstimo e cartão) têm um saldo de R\$ 215 bilhões, com R\$ 7,6 bilhões de concessão em janeiro de 2023 e média mensal de concessão, nos últimos 12 meses, de R\$ 5,2 bilhões, alcançando hoje cerca de 14,5 milhões de tomadores, com um ticket médio de R\$ 1.576,19.

Do total de tomadores do consignado do INSS, 42% são pessoas negativadas em birôs de crédito, sendo que, praticamente, são as únicas linhas acessíveis a esse público mais vulnerável.

Fazenda não foi consultada

Auxiliares do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmam que em nenhum momento a Fazenda deu aval, que foi uma "decisão unilateral" de Lupi, sem consulta à equipe econômica ou a Casa Civil. Diante das consequências e do impacto sobre os próprios aposentados, Haddad irá estudar uma alternativa.

No CNPS, três cargos de representantes do governo estão vagos, pois os nomes dos substitutos ainda não foram indicados. Com a presença de sindicalistas, do INSS e do próprio Lupi, a proposta foi aprovada por 15 votos a favor e três contrários.

Votaram contra representantes dos bancos, da agricultura e do comércio, sob o argumento de que o corte poderá reduzir a oferta do consignado no momento em que a Selic, taxa de juros básica da economia, está em 13,75% ao ano.

Na reunião, o teto dos juros da modalidade baixou de 2,14% ao ano para 1,70%. As taxas do cartão no consignado caíram de 3,06% para 2,62% ao ano. A resolução do CNPS foi publicada no Diário Oficial da União dessa quarta-feira.

Febraban criticou decisão

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) criticou a decisão e alertou que a medida restringir o crédito para os beneficiários do INSS:

"Os bancos que ofertam o consignado não reportaram à Febraban a suspensão da linha de consignado para aposentados do INSS. Como essa decisão não é uma iniciativa setorial, cada banco tem sua política comercial de concessão de crédito, não cabendo reportar à Febraban as linhas de crédito que concedem ou deixam de conceder", disse a entidade.

Segundo interlocutores, durante a reunião do CNPS, representantes dos bancos propuseram baixar o teto para 2,06% ao mês, mas a proposta foi recusada. O representante da Força Sindical no colegiado, Odair Antônio Bartoloso, disse que o único estudo apresentado por Lupi para embasar o corte foi a lista das taxas cobradas pelas instituições credenciadas, de 1,76% ao mês, considerando os maiores bancos.

Ele contou que esse foi o único item da pauta da reunião, que teve muita discussão e durou cerca de três horas.

-- Somente as entidades patronais votaram contra e o argumento foi de que poderia faltar crédito. Mas acreditamos que a medida é positiva para os aposentados e já existem bancos cobrando a taxa aprovada -- disse Bartoloso.

O representante da CUT no Conselho, Ariovaldo de Camargo, defendeu a decisão de Lupi:

-- O ministro Lupi fez a sua parte como representante do governo que entrou para reduzir juros e ajudar os mais pobres -- disse.

Até então, todas as decisões do Conselho foram embasadas em estudos técnicos, considerando indicadores da economia, como a Selic, principalmente, porque ela impacta o custo de captação dos bancos.

Em dezembro de 2021, quando a Selic subiu para 9,25% ao ano, o Conselho, a pedido dos bancos, elevou o teto da taxa do consignado de 1,80% ao mês para 2,14% e do cartão, de 2,7% para 3,06% ao mês. Hoje, a Selic está em 13,75%.

Associação de bancos alerta para 'distorções'

Para a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a medida pode empurrar aposentados e pensionistas para linhas com juros mais altos, como as do crédito pessoal, e reduzir a competição no setor bancário. A associação frisa que "cabe a cada instituição financeira associada a decisão de manter, ou não, a oferta de crédito consignado para beneficiários do INSS", após a decisão do CNPS e reiterou o alerta que havia feito na terça-feira de que essa decisão poderia prejudicar pensionistas interessados nesse tipo de crédito.

"Há preocupação de que os baixos tetos estabelecidos afetem de maneira relevante a oferta de crédito, de modo que este público seja obrigado a migrar para modalidades com taxas mais elevadas, como o empréstimo pessoal (taxa média de 5,24% a.m.). Estimamos riscos relevantes de concentração do mercado em instituições de maior porte e bancos públicos", afirma a entidade.

Em outra nota, a ABBC diz: "Iniciativas como essas geram distorções relevantes na precificação dos produtos financeiros, produzindo efeitos contrários ao que se deseja, na medida em que tendem a restringir a oferta de crédito mais barato, impactando na atividade econômica, especialmente no consumo, sendo dessa forma contrária às iniciativas do Governo de fomentar o crédito no país."

As Centrais Sindicais condenaram a suspensão e pediram ao governo que use o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para garantir as linhas de crédito com juros mais baixos para os aposentados e pensionistas. "É necessário que o Estado assuma sua responsabilidade social. O crédito consignado é uma linha de crédito com baixa taxa de inadimplência. O desconto é em folha, o que torna a operação mais segura e acessível", diz a nota.

O que dizem os bancos

BMG

"O Banco Bmg informa que devido à redução do teto de juros aprovado pelo CNPS, todas as operações de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado e cartão benefício do INSS estão temporariamente suspensas, ou seja, nenhuma nova proposta do INSS será aprovada a partir de 16 de março de 2023. Todas as operações já lançadas ou implantadas seguirão normalmente."

Banco PAN

"O Banco PAN informa que, em função da redução do teto de juros aprovada pelo CNPS, suspendeu temporariamente novas operações consignadas do INSS de empréstimo, cartão e cartão benefício."

Banco Mercantil do Brasil

"O Banco Mercantil do Brasil informa que suspendeu temporariamente o produto empréstimo consignado. Estamos avaliando a situação e ajustando o produto às novas condições. O cartão consignado e as demais modalidades de crédito pessoal continuam vigentes."

Banco Daycoval

"Mediante a aprovação do novo teto, o Banco Daycoval decidiu concentrar esforços para a operação de empréstimo consignado para funcionários públicos nos 200 convênios ativos, e suspender temporariamente as operações do produto de crédito consignado INSS (empréstimos e cartões) para pensionistas e aposentados, por não serem economicamente viáveis. Os contratos firmados até a data de 15/03/2023 permanecem inalterados."

C6 Bank

"O C6 Bank suspendeu por tempo indeterminado as operações de empréstimo consignado em função da redução do teto da taxa de juros definida pelo Conselho da Previdência Social."

PagBank

"O PagBank PagSeguro informa que não está mais operando com empréstimos consignados do INSS pelo canal de correspondentes bancário. Nossos clientes podem contratar este serviço diretamente pelo app do PagBank."

Itaú

Confirmou, mas não deu detalhes.

Caixa

Disse que não vai comentar.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 16/03/2023

COM SAÍDA DA FORD, INDÚSTRIA PERDE ESPAÇO NO PIB DO NORDESTE

Produção industrial local patina desde que montadora saiu do estado

Por *Carolina Nalin — Rio*



Fechamento das fábricas da Ford no Brasil – foto : Edilson Dantas/O Globo

A indústria de transformação nordestina tem sentido os efeitos da queda da produção local diante da saída da montadora Ford do país. Desde que a montadora encerrou as fábricas em Camaçari, na Bahia, e no Horizonte, no Ceará, em janeiro de 2021, a atividade industrial no Nordeste patina e opera em patamar inferior ao pré-pandemia.

Estas observações foram obtidas a partir de dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), que resultou em uma análise da economia nordestina ao longo de duas décadas, entre 2002 e 2022.

O instituto irá lançar ainda neste primeiro semestre um Centro de Estudos para o Desenvolvimento, com sede em Fortaleza. O objetivo é auxiliar pesquisadores, formuladores de políticas públicas e analistas econômicos na compreensão dos desafios regionais e na promoção do desenvolvimento da região.

Queda na produção de veículos

Dados do IBGE apontam que a produção da indústria de transformação da região Nordeste recuou 6,5%, em 2021. E, segundo a pesquisa do FGV IBRE, a fabricação de veículos automotores retraiu 94,9% na Bahia em 2021, tendo forte impacto na queda de 14,3% do total da produção industrial de transformação baiana.

No Brasil, setor voltou ao nível pré-pandemia

A produção de veículos automotores no Nordeste patinou nos últimos dois anos (do primeiro trimestre de 2021 até o quarto trimestre de 2022), enquanto a produção a nível Brasil já recuperou o nível pré-pandemia.

"O fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, na Bahia, no início de 2021, é a principal responsável por esse recuo na produção da indústria de transformação no Nordeste", disseram Juliana Trece e Claudio Considera, membros da equipe técnica responsável pela pesquisa.



Planta da antiga fábrica da Camaçari, na Bahia — Foto: Divulgação

Segundo o FGV IBRE, enquanto a indústria de transformação brasileira chegou a contribuir com 0,5 ponto percentual para o crescimento do PIB nacional em 2021, a indústria de transformação nordestina retirou 0,4 ponto percentual do PIB da região no mesmo ano.

"Estima-se que a representatividade da indústria de transformação nordestina tenha se reduzido no Brasil de 10,5% em 2020 para 9,6% em 2021, o menor percentual

desde 2014. Em 2022, a estimativa é que a participação da indústria de transformação nordestina tenha se mantido nesse patamar", escreveram os economistas no estudo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/03/2023

NORDESTE TEM 3º MAIOR PIB DO PAÍS, MAS REGIÃO CONCENTRA ESTADOS COM A MENOR RIQUEZA PER CAPITA

Para economistas, há um descompasso entre a riqueza que o Nordeste gera e o tamanho da população. E faltam políticas públicas que busquem ampliar o nível de qualidade de vida

Por Carolina Nalin — Rio



O sítio histórico do Recife Antigo tem 100 hectares, onde fica o Porto Digital — Foto: Hans von Manteuffel

O Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas produzidas) do Nordeste é o terceiro maior do Brasil (representa 13,6%), ficando atrás do Sudeste (55,4%) e do Sul (16,5%). Ainda assim, sua participação é bem inferior em relação às duas regiões e todos os estados nordestinos figuram entre os dez menores níveis de PIB per capita do país. Segundo economistas, há um

descompasso entre a riqueza que o Nordeste gera e o tamanho da população. E faltam políticas públicas que busquem ampliar o nível de qualidade de vida.

Estas observações partem dos dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). O instituto irá lançar ainda neste primeiro semestre um Centro de Estudos para o Desenvolvimento, com sede em Fortaleza. O objetivo é auxiliar pesquisadores, formuladores de políticas públicas e analistas econômicos na compreensão dos desafios regionais e na promoção do desenvolvimento da região.

Diante disso, o FGV IBRE elaborou uma análise da economia nordestina ao longo de duas décadas, entre 2002 e 2022. O estudo foi feito com base em dados do IBGE e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBCR), além de estimativas do FGV IBRE para a variação do PIB real em 2021 e 2022.

Crescimento maior que o do Sudeste

A pesquisa mostra que a economia nordestina cresceu 2,2% ao ano entre 2002 e 2020 - praticamente em linha com a média do PIB brasileiro, que avançou 2%. O desempenho da região Nordeste foi superior a das regiões Sul e Sudeste, que cresceram 1,7% ao ano cada e abaixo do desempenho das regiões Norte e Centro Oeste, que cresceram 3,2% ao ano cada.

A região chegou a ganhar participação no PIB brasileiro ao longo das décadas, embora este movimento tenha entrado em leve declínio nos últimos anos. Em 2017, o Nordeste chegou a representar 14,5% do PIB brasileiro. Na média, de 2002 a 2020, representou 13,6%. O PIB nordestino é o terceiro maior do Brasil, ficando atrás do Sudeste e do Sul. Mas seu espaço na composição da riqueza brasileira ainda está bem aquém do ideal, segundo economistas.

Isso porque a região nordestina "parece presa a uma armadilha" quando se trata da sua participação no PIB brasileiro, avalia Flávio Ataliba, pesquisador associado do FGV IBRE e secretário adjunto de planejamento e orçamento no governo do Ceará:

— A participação do Nordeste flutua entre 13% a 16% no PIB brasileiro. Nos últimos 70 anos de estatísticas, não evoluímos acima de 17% da riqueza nacional. Não conseguimos atingir 27% (de participação no PIB), que é o tamanho da população nordestina. (...) O crescimento do Nordeste ainda é bastante lento para que possamos avançar numa tendência mais acelerada que a média do país. Precisamos ter um salto de produtividade — destaca.

Menor nível de PIB per capita do país

A despeito do avanço do PIB na região, o PIB per capita apresenta o menor nível do país. Todos os estados nordestinos figuraram entre os dez menores níveis de PIB per capita do Brasil. O Acre foi o único estado fora da região a estar entre os dez menores PIB per capita.

"Esse quadro mostra que é importante que medidas focalizadas de políticas públicas sejam adotadas para a região com objetivo de melhorar o nível de qualidade de vida da região", disseram Juliana Trece e Claudio Considera, membros da equipe técnica responsável pela pesquisa.

Segundo o estudo, o PIB da região Nordeste cresceu 3,4% em 2022 puxado pelo setor de serviços, crescimento ligeiramente maior do que o crescimento de 2,9% observado no país como um todo. A distribuição das atividades do setor de serviços, porém, é mais concentrada na administração pública. Quase um terço (24,8%) do total do valor adicionado da região, na média entre 2002 e 2020, veio da participação da atividade de "administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social".

Particularidades

Ataliba, do FGV IBRE, lembra que a região Nordeste conta com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Banco do Nordeste, dois instrumentos responsáveis pela sistematização da agenda de desenvolvimento. Mas avalia que as políticas públicas federais e locais devem ser ainda mais integradas, ao passo em que as estratégias para promoção do desenvolvimento devem considerar as características geográficas e o potencial produtivo de cada localidade nordestina:

— A atividade no Nordeste é muito desigual, haja vista que Ceará, Pernambuco e Bahia representam mais que 66% da riqueza da região. É preciso uma coordenação mais forte que olhe o potencial de cada localidade. Temos um litoral com potencial gigantesco de turismo, solos férteis no Maranhão e Piauí... As políticas públicas passam por financiamento e identificação de setores por vantagem comparativa - como é o caso da energia eólica e do hidrogênio verde, que a região tem potencial.

O economista também pondera que é preciso criar um ambiente de negócios mais favorável na região para investimento em infraestrutura e capital humano:

— O Nordeste tem sido exportador de cérebros para o ITA. Precisamos de projetos que incentivem o retorno dos profissionais que foram em busca de melhores oportunidades no Centro-Sul do país. É um capital humano de altíssima qualidade, alta produtividade e são pessoas que conhecem a cultura nordestina.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/03/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

LULA LEVA MEGACOMITIVA À CHINA COM 200 EMPRESÁRIOS E 34 POLÍTICOS

Vice-presidente e ministro de Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, diz que há 'overbooking de empresários' na viagem; governo brasileiro quer mudar perfil do comércio com os chineses, hoje baseado na exportação de commodities

Por Felipe Frazão e Vera Rosa

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara uma megacomitiva para acompanhá-lo na visita de Estado à China, no fim deste mês. A lista tem cerca de 200 empresários, de 140 setores da economia, toda a cúpula do Congresso Nacional e ao menos cinco ministros de Estado. A viagem de Lula à China, de 26 a 30 de março, se tornou a mais disputada entre empresários nos últimos anos. Eles deflagraram uma corrida por espaço na comitiva oficial.

A China é desde 2009 o principal parceiro comercial do Brasil, com superávit a favor do País de US\$ 61,8 bilhões em 2022. Mas há interesse brasileiro em mudar o perfil, baseado na exportação de commodities e importação de manufaturados, com objetivo de gerar mais empregos para brasileiros. Diplomatas dizem que uma lista de acordos em diferentes áreas de cooperação está em discussão para ser firmada, entre elas uma iniciativa ambiental.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva organiza megacomitiva para viagem à China Foto: Wilton Junior / Estadão

Os chineses têm acenado com novos investimentos na indústria automobilística nacional, com a expectativa de aquisição da antiga fábrica da Ford em Camaçari (BA) pela BYD. Há interesse em ampliar as exportações de carne ao país, por isso a presença na comitiva de grandes frigoríficos, com objetivo de ter novas plantas habilitadas. A Embraer reforçou a ofensiva para vender a linhas aéreas chinesas seu mais moderno avião comercial, um

jato de médio porte 190 E2.

A dimensão "chinesa" da comitiva expõe o interesse comercial e político China. Lula será o primeiro líder político latino-americano recebido por Xi Jinping, recém reeleito pelo parlamento chinês para um terceiro mandato inédito. O petista também será recebido pelo primeiro-ministro Li Qiang. Do ponto de vista geopolítico, Lula quer discutir com Xi Jinping o fim da guerra na Ucrânia.

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou ao Estadão que Lula perguntou a ele quais eram os setores mais relevantes para a viagem à China. "Eu disse: 'Olha, é difícil saber qual área não é relevante' ", respondeu. Do agronegócio à mineração, passando por aeronáutica, indústria, serviços e tecnologia,



são muitos os setores que querem acompanhar a comitiva ao país asiático. “É um overbooking de empresários”, comparou Alckmin.

O Estadão apurou que a comitiva empresarial contará com aproximadamente 140 grupos econômicos. Na lista estão infraestrutura, bancos, agronegócio, proteína animal, setor de alimentos, roupas e calçados, além de inovação digital. Entre as empresas que irão à China a JBS, Marfrig, Vale, Embraer, Suzano e os bancos Bradesco e Marka marcarão presença.

“Vai se retomar com muita força essa relação Brasil-China, coisa que no governo Bolsonaro foi tratada com negligência. O embaixador chinês passou mais tempo aqui tendo problemas com piadas de mau gosto, aquilo foi danoso a nossa economia”, disse ao Estadão o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), Jorge Viana. “Como a China pode ter 2,6 trilhões de dólares de investimento externo no mundo e só R\$ 30 bilhões no Brasil. Agora vai ficar quanto? Vai ser R\$ 100 bilhões? Não sei. Mas com certeza o presidente vai fazer esse relóginho girar. Vamos criar o ambiente para ter conversas de negócios, um encontro empresarial.”

Os empresários têm buscado três interlocutores no governo para participar da missão empresarial. Além de Viana, lideram a montagem da comitiva – e a distribuição de vagas -, o vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, pela Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; o ministro Alexandre Padilha, pela Secretaria de Relações Institucionais/Conselho de Desenvolvimento, Econômico e Social.

São eles que recebem os pedidos e filtram a lista. Alckmin montava uma lista mais enxuta com cerca de 20 grandes nomes do empresariado brasileiro. Mas houve muitos pedidos de empresários com interesse na China, de menor faturamento.

A Apex chegou a abrir um formulário on-line para manifestação de interesses em participar de um encontro de Lula com empresários chineses e brasileiros, em Pequim. A ideia é que levantem demandas e entraves ao avanço do comércio e de investimentos e possam dialogar entre si e diretamente com Lula. Parcerias podem ser concluídas e anunciadas, embora o evento não tenha um formato de rodada de negócios.

Na prática, eles vão pagando as próprias despesas, mas podem ser escalados pelo governo para falar em apresentações e ter assento nas reuniões e seminário empresarial preparado pela Apex Brasil com empresários chineses. O foco são os chefes das empresas estatais chinesas que podem fazer investimentos no Brasil.

Além dos órgãos governamentais, a preparação passa por interlocutores de entidades privadas, como o Lide China, o Conselho Empresarial Brasil-China e o Ibrachina. Os três devem enviar representantes. O advogado Thomas Law, interlocutor do último grupo, diz que cada empresário vai custear as próprias despesas e que vão promover mais atividades paralelas à agenda presidencial, com visitas a outras cidades.

Congresso

Segundo fontes a par dos preparativos, a comitiva já tem 32 parlamentares brasileiros, além dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Serão ao menos 20 integrantes da Câmara, entre eles líderes de partidos. Do Senado, estarão presentes o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Renan Calheiros (MDB-AL) e Jaques Wagner (PT-BA), líder do Governo.

A base das atividades e até da comitiva deve ser o hotel St. Regis, vizinho à embaixada, onde ex-presidentes já se hospedaram antes, como o próprio Lula e Jair Bolsonaro. O governo chinês chegou a oferecer uma hospedagem em residência oficial a Lula, mas ele deve optar por um hotel, para concentrar as atividades empresariais.

A previsão é que Lula seja acompanhado pela ex-presidente Dilma Rousseff, indicada pelo Palácio do Planalto para assumir como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), com sede em

Xangai. Eles vão à cidade para atividades na instituição financeira criada pelo BRICS, bloco formado também por Índia, Rússia e África do Sul, em 2014, durante mandato de Dilma.

Antes da visita de Lula, o PT enviou à China dois dirigentes ligados ao tema das relações internacionais, Romênio Pereira e Mônica Valente. Eles fizeram reuniões com Wang Yi, ex-chanceler e agora o birô político do comitê central do Partido Comunista Chinês. Dias antes da chegada o presidente do Instituto Lula, o economista Márcio Pochmann, desembarcará em Pequim.

A comitiva deve contar ainda com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, das Relações Exteriores, Mauro Vieira, do Meio Ambiente, Marina Silva, da Agricultura, Carlos Fávaro, de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Há ainda possibilidades de presença de outros ministros, como Rui Costa (Casa Civil), José Múcio Monteiro (Defesa), Juscelino Filho (Comunicações) e Daniela Carneiro (Turismo).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/03/2023

PROGRAMA DE PASSAGENS A R\$ 200 FICARÁ PRONTO ATÉ JULHO EM PARCERIA COM GOL, AZUL E LATAM, DIZ FRANÇA

Ministro de Portos e Aeroportos afirma que iniciativa foi proposta por companhias aéreas para 'desmitificar' percepção pública de que as passagens são caras no País

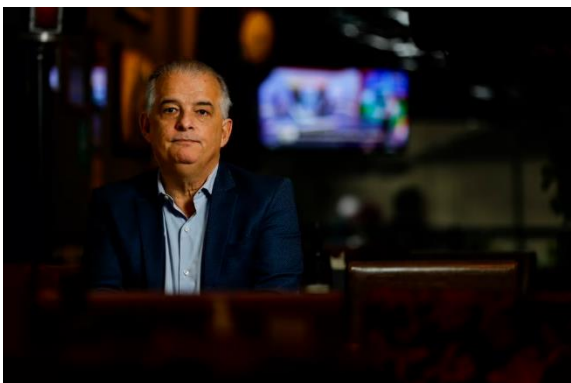
Por Vinicius Neder

RIO - O "Voa, Brasil", como está sendo chamado um programa para vender passagens aéreas a R\$ 200 para determinados públicos, como aposentados, servidores públicos e estudantes participantes do Fies, será estruturado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em parceria com as empresas do setor, num trabalho que deverá estar pronto até julho, afirmou nesta quinta-feira, 16, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB).

O ministro reafirmou que foram as companhias aéreas que procuraram o governo para propor o programa. Segundo França, a ideia das empresas é "desmitificar" a percepção pública de que as passagens são caras no País. Após anunciar os planos na segunda-feira, 13, o ministro já havia dito que a Gol e a Azul estavam participando; nesta quinta-feira, 16, França acrescentou que a Latam também sinalizou positivamente sobre o assunto.

França disse que o programa focaria em clientes com renda de até R\$ 6,8 mil, para servidores, aposentados e pensionistas, além de estudantes com Fies. O modelo seria baseado numa espécie de "crédito consignado".

Nesta quinta-feira, 16, França confirmou o modelo e reafirmou que o programa não incluiria recursos públicos. Questionado, o ministro disse que o papel do governo seria apenas "organizar e divulgar" o programa. Segundo França, bancos privados e companhias aéreas não precisariam, necessariamente, de medidas do governo para oferecer crédito consignado para a venda de passagens aéreas, mas as instituições públicas, como Caixa e Banco do Brasil (BB) poderiam operar no programa.



"A proposta das empresas é trabalhar com clientes que tenham renda mensal fixa", afirmou França, ao deixar um evento promovido pela Associação Brasileiro dos Armadores de Cabotagem (Abac), no Rio.

França sugeriu que programa terá "segunda etapa" em que as administradoras dos terminais aéreos poderiam reduzir as taxas de embarque para ajudar no barateamento Foto: Marcelo Chello/Estadão

O ministro sugeriu ainda a participação das concessionárias de aeroportos. Nesse caso, numa “segunda etapa” do programa, as administradoras dos terminais aéreos poderiam reduzir as taxas de embarque, que compõem o preço final das passagens, para ajudar no barateamento.

“Não tem sentido que as concessionárias dos aeroportos não ajudem”, disse França, lembrando que o aumento do número de voos, com a ampliação da base de clientes das companhias aéreas, significaria um aumento na receita global das concessionárias com as taxas.

Segundo o ministro, uma vez que o programa tenha seu desenho final, em julho, ele será apresentado à Casa Civil e ao governo federal como um todo. Na terça-feira, 14, um dia após os planos sobre o programa virem a público, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reclamou publicamente da divulgação de propostas sem o aval do governo. Conforme Lula, medidas propostas pelo governo só poderiam ser anunciadas após passar pela Casa Civil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/03/2023

A LÓGICA DOS ARCABOUÇOS FISCAIS

Economista Manoel Pires, que junto com colegas do IBRE-FGV vem estudando com afinco sistemas de regras fiscais, indica que combinação correta de princípios gerais e parâmetros específicos é essencial para o sucesso do novo arcabouço.

Por Fernando Dantas

BLOG Fernando Dantas - Economia e políticas públicas

Uma distinção importante num arcabouço fiscal é entre os princípios gerais e a parametrização, de acordo com o economista Manoel Pires, que, junto com outros colegas do IBRE-FGV (como Bráulio Borges e Carolina Resende), vem trabalhando intensamente no mapeamento das melhores práticas internacionais e no estudo das especificidades do caso brasileiro.

Pires deu especial atenção a alguns modelos de arcabouço fiscal, como o vigente na Nova Zelândia e uma proposta do FMI para os países da zona do euro. Mas ele ressalva que não se deve julgar o arcabouço que em breve será apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por uma comparação pura e simples com modelos de outros países, como o neozelandês, por exemplo.

Diferentes países e regiões têm as suas especificidades, como o "ponto de partida", isto é, a percepção de risco fiscal, normalmente associada ao tamanho e à trajetória da dívida pública, no momento em que o arcabouço é implantado.

Se um país é visto com muita desconfiança em termos de sustentabilidade da dívida pública, o seu espaço fiscal é bem menor, o que tem de estar refletido nos parâmetros do arcabouço fiscal. Já no caso de um país com trajetória percebida da dívida pública muito sólida, o espaço fiscal é maior, e os parâmetros também devem levar esse fato em conta.

Os princípios do arcabouço, porém, são mais comparáveis entre diferentes países. E, nesse caso, para Pires, vale a pena ter em mente sistemas como o neozelandês e a proposta do FMI, que ele considera como exemplos de algumas das melhores práticas internacionais, que podem ser adaptadas para outros países, como o Brasil.

Os princípios do arcabouço envolvem a definição de objetivos e de diretrizes gerais sobre como atingi-los. No caso da Nova Zelândia, da sugestão do FMI para a zona do euro e também no da Colômbia - numa tendência em termos dos arcabouços mais recentes -, leva-se em conta cenários da trajetória futura da dívida pública, e os riscos associados a essa trajetória.

A partir daí, definem-se parâmetros em termos de um limite de dívida que não se quer ultrapassar (que traz implícito o risco de se atingir um nível bem mais alto em caso de estresse e choques inesperados), e de metas como resultado fiscal ou limites de crescimento de despesa. O resultado fiscal ou o limite

de despesa são os instrumentos pelos quais se busca cumprir o objetivo em relação à trajetória da dívida pública.

No caso da Nova Zelândia, o Tesouro, a partir dos seus cenários de trajetória da dívida e dos riscos envolvidos nesses cenários, faz uma sugestão pública de princípios e objetivos gerais de política fiscal para cada ciclo de governo (o equivalente a cada mandato no Brasil). O objetivo atual é de que a dívida pública líquida não ultrapasse 50% do PIB (a não ser para financiar projetos de alta qualidade), o que, se perseguido, minimiza as chances de que, num cenário muito adverso e com diversos choques desfavoráveis, ela ultrapasse 90% do PIB.

A partir desse objetivo, a recomendação para o atual governo é de que consiga levar o resultado fiscal nominal deficitário a uma posição de superávit ao longo deste ciclo de governo.

Já na Colômbia, a partir de um sistema análogo de projeção da dívida líquida e dos riscos associados a ela, formalizou-se um limite de dívida líquida de 50% do PIB, que minimiza o risco de o indicador ultrapassar 71% do PIB em caso de muito estresse e choques.

No caso da Colômbia, esses números estão inscritos em lei, enquanto na Nova Zelândia há mais flexibilidade, com revisão prevista a cada ciclo de governo.

Pires frisa que a flexibilidade é importante na medida em que o espaço fiscal de um país não é uma variável imutável no tempo. Ele muda conforme a percepção sobre a trajetória de crescimento do país, do juro real neutro e do apetite dos mercados para o risco, variáveis que influenciam o nível, a taxa de crescimento e a sustentabilidade da dívida pública.

Com as mudanças na percepção de sustentabilidade da dívida pública, os parâmetros do arcabouço também podem - e até devem - mudar.

Por outro lado, acrescenta o economista, os países têm níveis de desenvolvimento institucional distintos, e a Nova Zelândia, sobre a qual pesa muito menos desconfiança fiscal do que o Brasil, pode se dar ao luxo de mais flexibilidade. No caso brasileiro, Pires considera que vale a pena vincular o nível mais alto de risco na trajetória da dívida pública à parametrização de metas fiscais (sejam de despesa e/ou resultado primário) ano a ano, com possibilidade de revisão de tempos em tempos.

Um arcabouço fiscal naturalmente envolve outros aspectos, como cláusulas de escape para crises inesperadas (como a pandemia), que devem ser acompanhadas de regras para se voltar ao enquadramento anterior. No caso do Brasil, grande exportador de voláteis commodities, Pires tem preferência por um regime com algum elemento anticíclico.

Por outro lado, um bom arcabouço das contas públicas deve permitir que a responsabilidade fiscal seja perseguida e conquistada por governos com diferentes projetos políticos que tenham sido validados pelas urnas. Assim, é preferível que o governo, e não o arcabouço, decida se o objetivo fiscal será cumprido com corte de gastos ou aumento de impostos ou uma combinação dos dois.

A arte de formular um bom arcabouço, portanto, é a de definir princípios e objetivos que se adaptem, por meio da parametrização e revisões periódicas, não só a diferentes conjunturas em termos de percepção de risco fiscal, mas também a diferentes orientações políticas de sucessivos governos. E toda essa arquitetura, naturalmente, só terá serventia se de fato ancorar as expectativas fiscais e contribuir para a estabilidade macroeconômica.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/03/2023

ALÍVIO NA CRISE BANCÁRIA GLOBAL

Atuação de bancos centrais e articulações entre outras instituições financeiras para evitar que novos bancos quebrem minimizam as tensões no setor

Por Celso Ming

COLUNA - Celso Ming - Artigos e podcasts do jornalista Celso Ming

A crise financeira global foi aparentemente revertida com firme atuação (intervenção) dos bancos centrais e de organismos reguladores. Mas há questões à espera de solução.

O colapso de liquidez do Credit Suisse, o segundo maior banco da Suíça, foi solucionado com a abertura de créditos de 50 bilhões de francos suíços (US\$ 53,7 bilhões) pelo Banco Nacional da Suíça (SNB, o banco central do país), contra garantias em ativos do banco. Não ficaram claras outras condicionalidades exigidas ao Credit. Algumas informações dão conta de que, além da correção das tais inconsistências acusadas em balanço, há em vista possível fusão com seu principal concorrente, o União de Bancos Suíços (UBS). É providência a conferir.

De todo modo, prevaleceu o entendimento de que banco grande não pode quebrar (too big to fail), sob pena de deflagrar uma crise sistêmica, a versão financeira da teoria do dominó – de que, se um grande banco naufraga, leva outros com ele, em consequência da exposição de uns em relação aos outros.

Mas a decisão de maior abrangência foi tomada nesta quinta-feira pelo Banco Central Europeu (BCE), que cuida da saúde do euro.

Certos analistas apostavam em que, para que fosse revertida a crise bancária, seria necessário o adiamento da alta de juros. Mas o BCE não entendeu assim. Aumentou em meio ponto porcentual os juros básicos do bloco, para 3,50% ao ano. A decisão mostrou que o BCE julga localizada e administrável a crise bancária e que é preciso dar prioridade ao contra-ataque à inflação, apesar do preço a pagar em contração do crédito, recessão e desemprego.

Correndo atrás

Inflação acumulada em 12 meses

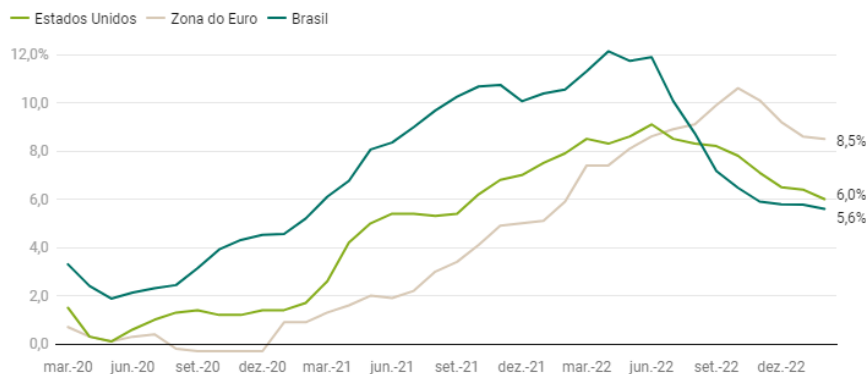


Gráfico: Estadão - Fonte: BLS, Eurostat e IBGE - Obter dados - Criado com Datawrapper

Fica no ar a pergunta: por que as autoridades dos Estados Unidos não enfrentaram a crise de liquidez, baseada no descasamento entre prazos de ativo e passivo do Silicon Valley Bank (SVB), também com empréstimos garantidos por títulos do Tesouro dos Estados Unidos, em vez de fechar definitivamente o banco e de disseminar pânico no mercado.

Como esses episódios revelaram fragilidades do sistema bancário americano e europeu, ficou inevitável reforçar os sistemas de segurança dos bancos.

Está reduzida a probabilidade antes aventada de que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) enfrente a inflação de forma branda. Nesta quinta-feira, a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, advertiu que o Fed não pode deixar de fazer a sua parte. Ou seja, os juros lá podem subir 0,50 ponto porcentual ao ano e não apenas 0,25 como o mercado vem sugerindo depois da deflagração da crise bancária.

E esse não deixa de ser um recado também para o pressionado Banco Central do Brasil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/03/2023

DEPUTADO APRESENTA ALTERNATIVA DE ARCABOUÇO FISCAL NA CÂMARA COM DÍVIDA PÚBLICA COMO REFERÊNCIA

Segundo Pedro Paulo (PSD-RJ), projeto de lei foi protocolado para 'oferecer uma contribuição antecipada' à discussão

Por Iander Porcella

BRASÍLIA – O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) protocolou nesta quinta-feira, 16, na Câmara, um projeto de lei alternativo de novo arcabouço fiscal, no momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, faz as últimas conversas antes de tornar pública a proposta do governo Lula. A intenção, de acordo com o deputado, é oferecer uma “contribuição antecipada” à discussão sobre a mudança na âncora fiscal do País.

O texto apresentado pelo parlamentar permite que as despesas cresçam acima da inflação se a dívida estiver em nível considerado sustentável. O Congresso se articula desde dezembro para se antecipar à equipe econômica no debate sobre a substituição do atual teto de gastos – regra que limita o crescimento dos gastos à variação da inflação.

“A opção pela dívida pública como variável de referência que norteará a política fiscal não impede, obviamente, sua integração com as regras que limitam despesas ou que requerem resultado fiscal, desde que devidamente coordenadas”, diz Pedro Paulo, ex-secretário de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro. O deputado propõe que a nova regra entre em vigor a partir de 2024.

A proposta de Pedro Paulo usa como referência a Dívida Líquida do Governo Geral (DLGG). Se esse indicador estiver em até 50% do Produto Interno Bruto (PIB), as despesas públicas poderão crescer pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido de 1,5% ou da média do PIB nos três anos anteriores, o que for maior. “Pretende-se com isso preservar o caráter anticíclico da regra fiscal e incentivar a gestão equilibrada das contas públicas”, afirma o deputado.



Haddad irá apresentar novo arcabouço fiscal ao Congresso nos próximos dias Foto: REUTERS/Adriano Machado

Se a DLGG estiver entre 50% e 60% do PIB, o crescimento das despesas do governo seria o valor do IPCA mais 1%, caso tenha havido superávit primário no ano anterior, ou mais 0,5% caso tenha havido déficit primário nas contas públicas. Já no cenário em que a dívida líquida estiver acima de 60% do PIB, os gastos só poderão crescer pela inflação.

“As faixas da DLGG funcionam como gatilhos de acionamento das medidas de ajuste concebidas para retomar a trajetória sustentável da dívida. Não se trata, portanto, de fixar limite para a dívida, mas sim um referencial com níveis que acionem medidas escalonadas de contenção de despesas e de preservação ou recuperação de receitas”, diz o texto do projeto de lei.

A proposta de Pedro Paulo mantém o uso de crédito extraordinário como uma “válvula de escape” para o governo ampliar gastos em situações de calamidade pública ou de emergência social e econômica. Também propõe que, em caso de recessão, com queda do PIB por três trimestres consecutivos anteriores à elaboração do Orçamento, os limites de gastos possam ser corrigidos pela média do crescimento dos dois exercícios financeiros anteriores, independentemente do nível da dívida.

A proposta do governo

Na noite desta quarta-feira, 15, Haddad apresentou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), as linhas gerais da proposta de arcabouço elaborada pela equipe da Fazenda. A regra fiscal também já foi levada à ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e ao vice-presidente Geraldo

Alckmin e deve ser discutida nesta sexta-feira, 17, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os detalhes ainda não são públicos.

Na semana passada, Haddad disse que o novo arcabouço fiscal não será uma regra com base na dívida pública. “A dívida é uma variável muito importante, você tem de acompanhar. Mas, meta de dívida causaria constrangimento. Ao invés de harmonizar fiscal e monetária, causaria mais confusão”, disse em entrevista à CNN.

A PEC da Transição, aprovada no final do ano passado, estabeleceu que o governo enviase ao Congresso um projeto de lei complementar para alterar o regime fiscal do País até agosto, mas Haddad preferiu antecipar o anúncio em meio à pressão do Congresso e do mercado financeiro. Para se aprovar um projeto de lei complementar são necessários 257 votos na Câmara, mas Lira já afirmou que o arcabouço só irá a plenário quando tiver apoio para uma mudança constitucional, que exige 308 votos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/03/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

NÃO VAMOS TOLERAR INVASÃO DE PROPRIEDADE PRIVADA, AFIRMA TARCÍSIO

Em aceno a produtores rurais, o governador de São Paulo diz que Estado será 'firme'

Por Cristiane Agostine, Valor — São Paulo



Tarcísio e Josué Gomes da Silva durante reunião na Fiesp — Foto: Divulgação/Governo de SP

Em aceno a produtores rurais, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta quinta-feira que seu governo não vai “tolerar” invasão de propriedade privada. Tarcísio disse que o Estado será “firme” na defesa das propriedades e garantirá a segurança dos produtores.

“Não vamos tolerar invasão de propriedade privada. Vamos ser muito firmes na defesa da propriedade”, disse

Tarcísio, ao participar de uma reunião na Fiesp, na capital paulista. “Não vamos permitir que o nosso produtor sofra com insegurança jurídica. Estaremos muito vigilantes para garantir a segurança do nosso produtor, que gera riqueza.”

O governador afirmou que durante os atos de vandalismo de bolsonaristas radicais de 8 de janeiro, em Brasília, agiu para impedir a invasão de prédios públicos em São Paulo e disse que também não permitirá a invasão de propriedades privadas.

A uma plateia de empresários reunidos na Fiesp, o governador fez uma série de críticas indiretas aos governos do PT na Presidência e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Tarcísio elogiou Michel Temer (MDB), que participou da reunião na Fiesp, e disse que o ex-presidente foi responsável por tirar o país de uma “era anti-business” para ingressar em uma “era pró-business”. “Houve rompimento muito claro em 2016”, disse, sem citar diretamente os governos de Lula e Dilma Rousseff. “A partir de 2016 o Brasil começa a experimentar uma série de reformas estruturais que foram muito importantes”, disse. “Temer conseguiu conduzir uma transição. Saímos de dois tombos seguidos em termos de PIB e o Brasil criou bases que permitem sonhar com crescimento sustentável.”



Em outro momento da reunião, o governador citou as críticas do presidente Lula à taxa de juros e ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e disse que esses ataques não ajudam o país. “Taxa de juros preocupa? Claro, mas não é criticando Banco Central que vai resolver. Isso só gera ruído”, disse. “Se a gente eliminar ruído, a gente vai ter condição de ver essa taxa baixando mais rápido”, afirmou, sem mencionar Lula.

Tarcísio criticou ainda a PEC da Transição, aprovada no fim do ano passado, em articulação comandada por Lula para liberar recursos para pagar os R\$ 600 do Bolsa Família neste ano. “A PEC da Transição acabou gerando despesa extra que gerou ruído, deteriorou expectativa, subiu a taxa de longo prazo. Ou seja, contratou uma PEC e vai pagar duas. Isso tem um reflexo na taxa de juros”, disse. “Se fizermos o dever de casa e se todo mundo se ajudar, temos condição de ver essa taxa de juros caindo também.”

Reforma tributária

Apesar das críticas ao governo, Tarcísio defendeu a proposta de reforma tributária, uma das prioridades da gestão Lula, e afirmou que atuará para aprovar o texto. “Vamos apoiar a reforma. Nós precisamos de um sistema menos burocrático, menos regressivo, menos oneroso. Então essa aposta nós temos que fazer”, disse. Na avaliação do governador, a reforma é “urgente” e representa uma “alavanca para o crescimento”.

“Vai demandar costura, habilidade, mas São Paulo vai apoiar e isso é grande coisa, porque se São Paulo fosse contra, certamente essa reforma não sairia do papel pelo peso, pelo vigor do setor produtivo”, disse aos empresários.

Em São Paulo, o governador disse que no campo tributário promoverá a revisão das substituições tributárias, a troca de crédito por investimento, a redução das alíquotas, a redução das alíquotas para quem vai adquirir bens de capital e o diferimento de prazo de pagamento.

Sabesp

O governador voltou a defender uma agenda liberal para sua gestão, com a venda da Emae e da Sabesp. Sobre a Sabesp, disse que a privatização deve gerar uma receita estimada entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões. Tarcísio reiterou que gostaria de ter apoio do governo federal para privatizar o porto de Santos, apesar da resistência da gestão Lula.

Parceria com a Fiesp

Na Fiesp, Tarcísio assinou o decreto que cria um conselho estadual de promoção da reindustrialização do Estado de São Paulo, de caráter consultivo, para “orientar as ações políticas e diretrizes governamentais para a reindustrialização do Estado”. O conselho será composto pela Fiesp, Ciesp e pelas secretarias de Desenvolvimento Econômico; Meio ambiente, Infraestrutura e Logística; Casa Civil, Fazenda e Planejamento; Parcerias e Investimentos, e Negócios Internacionais.

O presidente da Fiesp, Josué Gomes de Silva, classificou Tarcísio como um “desenvolvimentista moderno”. “O Brasil precisava voltar a ter homens com essa visão de desenvolvimento. Sabe que o papel do Estado não é ser necessariamente empreendedor, mas indutor do desenvolvimento, regulador do desenvolvimento”, disse.

Josué elogiou os decretos do governo que reduzem a carga tributária de segmentos do setor produtivo até 31 de dezembro de 2024 e afirmou que a medida deve aumentar a arrecadação no Estado. “Toda vez que abaixou alíquota, em vez de perder receita, aumentou receita de arrecadação. Não é a visão de alguns liberais e neolibertários que acham que o Estado tem que deixar sua participação e deixar que o mercado cuide de tudo”, disse Josué.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/03/2023

‘ISSO NÃO EXISTE’, DIZ FRANÇA, SOBRE PRIVATIZAÇÃO TOTAL DO PORTO DE SANTOS

Ministro rebate afirmações do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de que a privatização do Porto de Santos estaria “na boca” para sair do papel

Por Caio Sartori, Valor — Rio



Ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB) – Foto : Ana Paula Paiva/Valor

O ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), rebateu nesta quinta-feira (16) a afirmação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de que a privatização do Porto de Santos estaria “na boca” para sair do papel. O representante do governo federal, que tem aquela região paulista como reduto político, riu quando foi perguntado sobre a alegação de Tarcísio.

“Ele [Tarcísio] pegou a privatização de Santos, se dedicou muito, passou anos pensando nisso e, de verdade, queria muito que acontecesse. Não deu tempo porque está no Tribunal de Contas essa aprovação. No Tribunal de Contas, tem um parecer de um ministro que não julgou ainda e dois que pediram vista. Não tem nada ‘na boca’”, afirmou.

“É um conceito que a gente não sabe de onde veio. Vai à Noruega ver [se tem] um porto assim, vai aos Estados Unidos, à França. Não tem esse porto assim. Tem exemplos pequenos na Nova Zelândia, na Austrália, que não servem de exemplo para o tamanho de carga que nós temos.”

França relatou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse a Tarcísio, ex-ministro da Infraestrutura na gestão de Jair Bolsonaro (PL), que o governo não está fechado com ideias. Buscam-se consensos com o Executivo paulista, e um exemplo seria a construção de uma dragagem mais extensa.

“Eu conversei com ele [Tarcísio] sobre isso. Falou que seria bom, mas que seria melhor se vendesse a autoridade portuária, o CNPJ. Isso não existe, na minha opinião”, afirmou o ministro, que cita como outro consenso a construção do túnel entre Santos e Guarujá, apesar de haver divergências também nessa ideia.

“No projeto dele, só iniciaria daqui a sete anos. A gente não quer esperar sete anos para começar uma obra de túnel. Se já existe projeto básico, se já tem licenciamento ambiental, se já tem o dinheiro, o que está esperando para começar?”

França falou com a imprensa no Rio, após o evento “O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios”, parceria da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac) com a Editora Globo.

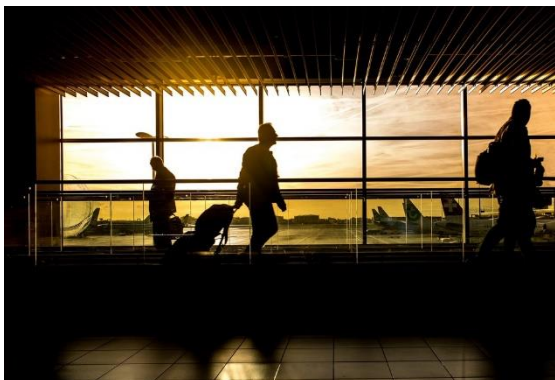
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/03/2023

‘VOA, BRASIL’ NÃO ENVOLVE SUBSÍDIO DO GOVERNO E DEVE SER DETALHADO ATÉ JULHO, DIZ FRANÇA

Segundo ministro, a Anac coordenará um grupo de trabalho do qual participarão as empresas aéreas. Plano é viabilizar passagens a R\$ 200 para aposentados, estudantes e servidores públicos

Por Caio Sartori, Valor — Rio



— Foto: Pixabay

O ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, afirmou que o futuro programa “Voa, Brasil”, pivô da irritação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião ministerial desta semana, não envolveria subsídios. “Por enquanto não tem subsídio. É zero subsídio, zero dinheiro do governo. É organizar e ajudar na divulgação de uma ideia que, na minha visão, só preenche um espaço que está vazio”, disse.

Segundo França, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) coordenará um grupo de trabalho do qual participarão as empresas aéreas. O ministério, então, deve ter até julho um desenho mais detalhado do programa, que França assume ser “embrionário”. Plano é viabilizar passagens a R\$ 200 para aposentados, estudantes e servidores públicos.

No meio do ano, o “Voa, Brasil” será apresentado de maneira oficial à Casa Civil, conforme determinou Lula ao criticar “genialidades” anunciadas por ministros antes de passar pela pasta.

França falou com a imprensa no Rio após o evento “O crescimento da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios”, parceria da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac) com a Editora Globo.

“O programa envolveria a utilização da ociosidade dos espaços delas [empresas] nos períodos sem voos complexos. Um voo que sai às 15h para determinada cidade, que vai com 75%, por que não usar esses 25% com preços atraentes, compatíveis?”, questionou o ministro. “Elas, empresas, propuseram isso para mim. Isso vai ao encontro do que o presidente Lula me pediu, que mais gente voasse.”

Aspecto ainda turvo do projeto, a participação direta do governo se daria por envolver servidores, estudantes e aposentados e pensionistas. Mas, apontou França, os bancos públicos poderiam entrar na história por meio da oferta de consignado.

“O governo tem mil maneiras de ajudar, não só na questão da divulgação, mas também, por exemplo, se permitir que os bancos públicos sejam esses agentes”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/03/2023

LULA DISCUTE COM PRESIDENTE DO PARAGUAI PRÓXIMOS PASSOS DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES

Presidentes falaram sobre obras de infraestrutura na fronteira entre Brasil e Paraguai, segundo o governo brasileiro

Por Murillo Camarotto, Valor — Brasília



Durante visita a Foz do Iguaçu, nesta quinta-feira (16), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutiu com o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, os próximos passos na política de integração entre os dois países. Lula foi à cidade para participar da posse do novo diretor-geral de Itaipu Binacional, Enio Verri.

Lula e o presidente do Paraguai, Mario Abdo, em Foz do Iguaçu, em 16 de março de 2023 — Foto: Ricardo Stuckert/Divulgação

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, os dois presidentes trataram da Ponte da Integração, cujas obras deverão ser

concluídas nos próximos meses. O projeto liga os dois países pelos municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Presidente Franco, no Paraguai.

Os dois também falaram da construção da Ponte sobre o Rio Paraguai, que promete conectar Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, e Carmelo Peralta, no Paraguai.

"Durante a reunião, o presidente Lula reiterou a prioridade atribuída pela política externa brasileira ao relacionamento com o Paraguai e com a integração regional", informou o Itamaraty.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/03/2023

PARÁ LICITA SUA PRIMEIRA CONCESSÃO DE RODOVIAS

Sem disputa, leilão foi vencido por grupo de construtoras, liderado pela Encalco

Por Taís Hirata — De São Paulo

Corredor ao Norte

Consórcio da Encalco vence leilão de corredor no Pará



O governo do Pará licitou a primeira concessão rodoviária do Estado, na quarta-feira (15). O leilão atraiu apenas um interessado, o consórcio Conquista do Pará, formado por quatro empresas de construção: a Encalco, a Conata, a Infracon e a OCC.

O grupo fez a oferta mínima prevista em edital, uma outorga fixa de R\$ 10 milhões. O contrato, porém, prevê também o pagamento de outorgas variáveis, o que poderá elevar o valor total de pagamentos a R\$ 450 milhões.

Trata-se de um projeto de grande porte, com previsão de R\$ 3,7 bilhões de investimentos em obras, ao longo de 30 anos, além das

despesas operacionais, estimadas em R\$ 3,2 bilhões.

O trecho que será concedido é uma rodovia de cerca de 526 km, desde Marabá (no Sul do Estado) até Ananindeua (ao Norte, próximo a Belém e ao porto de Vila do Conde), passando por 11 municípios. Trata-se de uma rota de escoamento para produtores de grãos, minério de ferro e pecuária, que o governador do Estado, Helder Barbalho (MDB), classificou como "o principal corredor rodoviário do Pará".

A concessão vem sendo estruturada desde a gestão passada. Em junho de 2022, houve uma primeira tentativa de leilão, porém, esta teve que ser cancelada por falta de interesse privado. Desde então, alguns ajustes foram feitos no projeto. A previsão de investimentos saltou de R\$ 3 bilhões para R\$ 3,7 bilhões; a Taxa Interna de Retorno (TIR) subiu de 8,89% para 9,88%; e a tarifa básica de pedágio foi aumentada de R\$ 7,59 para R\$ 10,10.

Após o leilão, Barbalho comemorou o resultado e afirmou que o governo já estuda lançar um novo lote de estradas, que poderá incluir trechos da PA-279, da PA-275 e da PA-287. "Devemos fazer uma composição destas rodovias, buscando precificar os investimentos necessários e qualificar em um único lote, para que o mesmo tenha equilíbrio econômico", disse.

Segundo ele, as estradas em questão também estão associadas a atividades econômicas do Estado: a PA-279 é uma via utilizada pelos setores de pecuária e mineração, a PA-275 serve ao escoamento da produção mineral de Carajás, e a PA-287 viabilizaria uma integração com as rodovias federais BR-155 e BR-158.

O consórcio Conquista do Pará, que venceu o leilão, disse que um forte atrativo no projeto foi justamente o perfil do corredor logístico, ligado à movimentação de carga do agronegócio. “A Encalco já opera algumas rodovias no Centro-Oeste e no Norte. Estamos focados em negócios que são eixos de escoamento de produção, é nosso perfil de investimento”, disse Luiz Augusto Rossi, diretor de Novos Negócios da empresa integrante do consórcio.

A Encalco, do ramo de construção pesada, já opera as concessões rodoviárias da Renovias, em São Paulo (em sociedade com a CCR) e da MT-130 Rota dos Grãos, no Mato Grosso (em um consórcio com outras construtoras).

O executivo explica que, para a primeira etapa de investimentos do contrato - de cerca de R\$ 650 milhões -, os acionistas deverão entrar com aporte de R\$ 180 milhões em recursos próprios. O restante deverá ser financiado, por bancos públicos e debêntures de infraestrutura.

“[Para o primeiro ciclo], vamos buscar o BNDES, uma parte poderá vir do Banco da Amazônia e também estamos avaliando debêntures de infraestrutura. Estamos conversando com alguns fundos de investimento que estão interessados em olhar debêntures para o projeto”, disse.

Entre os investimentos previstos no contrato, a intervenção mais significativa será a construção de 250 km de acostamentos, hoje quase inexistentes na rota, segundo Rossi. Além disso, haverá a duplicação de 66 km e a instalação de 30 km de terceiras vias.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/03/2023

ESTADO PREVÊ LEILÃO DE SANEAMENTO ATÉ 2024, DIZ BARBALHO

Governador diz que a ideia é preservar companhia estadual e delegar parte dos serviços à iniciativa privada

Por Taís Hirata — De São Paulo

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), afirmou que planeja fazer até o primeiro semestre de 2024 o leilão de uma concessão de saneamento básico no Estado. A modelagem, diz ele, está em estudo pelo BNDES.

“O modelo escolhido, em estruturação, é similar ao aplicado no Rio de Janeiro, em Alagoas, em que a Cosanpa [companhia estadual] foca na produção de água, preservando a estrutura da empresa, e faz um chamamento ao capital privado para a expansão de cobertura de água e de tratamento de esgoto”, disse o governador, em coletiva de imprensa realizada após o leilão rodoviário, na quarta-feira (15).

O Pará é um dos Estados fortemente impactados pelas novas exigências da lei do saneamento básico de 2020. O marco legal determinou a regularização dos contratos das estatais e a comprovação econômico-financeira das empresas, que tiveram que provar que tinham capacidade para fazer os investimentos necessários à universalização. Com isso, o Estado passou a ter dezenas de municípios com contratos irregulares, entre eles, o da capital Belém e de cidades grandes como Marabá, Ananindeua e Santarém.

No evento, o governador também falou sobre os projetos ferroviários em estudo. Um deles, é a possibilidade de construção da Ferrovia do Estado do Pará, uma via de 500 km que conectaria o Porto de Vila do Conde, no Norte do Estado, com a Estrada de Ferro Carajás, da Vale.

Segundo Barbalho, trata-se de uma iniciativa prioritária que está “em fase avançada” para seu lançamento. Ele afirma que o projeto está sendo liderado pelo Estado. No entanto, o governador também diz que provavelmente o empreendimento seria viabilizado por meio de regime de autorização, em que a ferrovia é totalmente privada.

O governo está em conversas com a Vale para que a companhia assuma a iniciativa. “Ou a Vale diretamente ou em articulação com parceiros que possam ter a segurança e garantia de carga demandada pela companhia. Seria uma rota alternativa ao Porto de Itaqui [no Maranhão], o que criaria um novo fluxo de escoamento de produção”, afirmou Barbalho. Questionada sobre a declaração, a Vale não quis comentar.

Além deste projeto, o governador diz que está “aguardando a sinalização” do governo federal a respeito da Ferrogrão. “A partir daí, devemos debater modelo a ser implementado e a questão ambiental, que é sensível.”

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/03/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

STF ANULA ACORDO DE 2002 ENVOLVENDO FERNANDO DE NORONHA

Pelo novo acordo, ambas as partes se comprometeram a realizar o compartilhamento da gestão da ilha.

Por Agência Brasil - Brasília



Medida foi necessária para a análise da homologação de novo pacto

Foto: Fernando de Noronha/foto: Embratur

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu nesta quarta-feira (15) anular um contrato de cessão de uso do território de Fernando de Noronha firmado entre os governos federal e de Pernambuco em 2002. A mudança ocorreu por motivos formais devido à ausência de autorização legislativa

para formalização do contrato.

De acordo com o ministro, a medida processual foi necessária para a análise da homologação do novo acordo assinado entre a União e o estado, que foi protocolado na semana passada na Corte pela Advocacia-Geral da União (AGU). Não há prazo para Lewandowski decidir sobre a questão.

Pelo novo acordo, ambas as partes se comprometeram a realizar o compartilhamento da gestão da ilha, preservando o meio ambiente e o uso ordenado do solo.

As regras preveem que não poderá ocorrer a ampliação do perímetro urbano e construções irregulares deverão ser coibidas e demolidas se estiverem em desconformidade com as normas ambientais do arquipélago.

A questão da gestão de Fernando de Noronha passou a ser questionada no STF após o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro pedir que o território fosse declarado domínio da União por descumprimento do acordo de compartilhamento firmado em 2002. Desde 1988, a ilha pertence ao governo de Pernambuco.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 16/03/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PARA STARTUPS, SETOR NAVAL AINDA PRECISA VENCER CULTURA DE POUCA INOVAÇÃO

Por Bianca Guilherme PORTOS E LOGÍSTICA 16/03/2023 - 22:30



Empresas também destacam que têm sido difícil encontrar pessoas que tenham conhecimento em tecnologia e no setor marítimo

Cada dia mais, startups estão focando no setor marítimo, assim como grandes companhias vem investindo nelas. A Wilson Sons, por exemplo, é investidora minoritária em três startups: a israelense DockTech que faz mapeamento do leito dos portos para tornar mais eficiente a navegação e a dragagem, a britânica AIDrivers que faz a conversão de veículos e maquinários convencionais, como caminhões,

em equipamentos autônomos e a brasileira Argonáutica que tem a ferramenta de calado dinâmico que otimiza a carga dos navios e a atracação nos terminais.

Entretanto, para Guilherme Feitosa Rosetti, engenheiro naval e oceânico da Argonáutica - Engenharia e Pesquisas, tem sido um desafio vencer uma cultura de pouca inovação e barreiras regulatórias. "É preciso lembrar que as startups incorporam inovações tecnológicas com uma celeridade maior do que as grandes empresas são capazes de fazer internamente", destacou.

De acordo com Rosetti, a colaboração entre grandes corporações e startups traz muitos benefícios para o setor naval, principalmente, eficiência e segurança nas operações e um maior alinhamento tecnológico com os países mais desenvolvidos. A Argonáutica combina hardware e software para auxiliar a tomada de decisão dos clientes na parte "molhada" de suas operações (incluindo navegação, manobras, atracação, transbordo de carga e operações marítimas em geral).

As ferramentas fazem análise integrada de diversos aspectos técnicos, indicando por critérios de engenharia como e quando executar operações como calados máximos, limites e janelas operacionais e adequação de arranjos de amarração. Atualmente, a empresa vem trabalhando com praticamente todos os grandes terminais, operadores e portos do Brasil como Porto do Açu, Porto de Santos, GNA - Gás Natural Açu, Porto de Itapoá etc.

Para Elton Willrich, Co-Founder da Loginfo, as startups do setor marítimo estão promovendo de forma geral uma grande digitalização de processos, uma visibilidade muito maior da cadeia como um todo e gerando novos insights para tornar o setor cada vez mais eficiente, seguro e sustentável. Para ele, o setor marítimo tem muitos processos burocráticos com muitos atores envolvidos, dessa forma as startups criam um conjunto de soluções que geram valor para todos. Entretanto, ainda há desafios que precisam ser superados:

"Esse é um mercado muito complexo e com muitas particularidades, por isso, falando em solução temos que estar sempre atentos a particularidades operacionais de determinado cliente ou região. Há uma legislação aduaneira muito presente nesse setor e em constante evolução que exige estarmos atentos às mudanças e adequando solução a elas", destacou.

Willrich também destaca que tem sido difícil encontrar pessoas que tenham conhecimento em tecnologia e no setor marítimo. Dessa forma, a companhia tem optado por trabalhar na capacitação

interna. Por fim, outro desafio para o diretor tem sido o mercado, que ainda é bastante tradicional e ainda está começando a pensar em tecnologia como algo estratégico e apostar em startups. "Nós conseguimos realmente resolver grandes desafios operacionais e trazer redução de custo, aumento de desempenho e a segurança operacional que eles necessitam", comentou.

Os fundadores Elton Willrich e Paulo Roberto Dellagnolo atuavam como consultores de implantação de uma solução para recintos alfandegados e identificaram que o setor tinha essa dor no processo operacional de recintos. Dessa forma, no fim de 2014, a Loginfo nasceu. "Há uma complexidade muito grande no operacional e no relacionamento com transportadoras e clientes nesse processo e não havia nenhuma solução que suprisse essa necessidade", lembrou Willrich.

Atualmente a companhia tem uma cartela de 48 recintos alfandegados, entre eles vários Portos como Portos Secos, CLIA, Redex e Aeroportos. A startup oferece uma solução SAAS (Software as a Service) para recintos alfandegados na operação de recebimento, armazenagem e liberação de carga geral, granel sólido e carga containerizada nos modais rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo, gerindo toda a operação e integrando a comunicação com empresas e órgãos agentes externos, digitalizando os documentos de forma fácil.

Assim como Willrich, Vander de Abreu, Co-founder da iPort Solutions, também tem percebido que cada vez mais grandes empresas do setor marítimo estão buscando se aproximar das startups em busca de soluções para seus gargalos operacionais, logísticos e tecnológicos. Entretanto, ainda há aquelas que desconfiam das soluções nacionais, além disso, outro ponto negativo, para o diretor, tem sido a constante mudança de legislações dos mais diversos órgãos anuentes do setor.

De acordo com Abreu, a expectativa é que até 2035 os portos brasileiros triplicuem sua capacidade operacional e consequentemente suas receitas e isso está interligado com a união do setor marítimo e portuário com startups. "Rapidamente e de forma bastante disruptiva, nós trazemos soluções mais modernas e maiores investimentos em tecnologia para portos em um setor em constante ebulição e muita necessidade e demanda", comentou.

Hoje, a companhia atende 14 portos nacionais e mais de 100 terminais portuários no Brasil, um market share de aproximadamente 25% do mercado, com um crescimento acima de 100% de clientes e faturamento todos os anos. A iPort Solutions, busca entregar soluções que automatizam e gerenciam todos os tipos de cargas, desde cargas containerizadas, soltas, veículos, celuloses, granéis líquidos e principalmente granéis sólidos tanto de importação como de exportação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023

TRANSPORTE INTERIOR FECHA JANEIRO COM BALANÇO POSITIVO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 16/03/2023 - 18:10

Milho é a mercadoria que obteve maior destaque de movimentação

O mês de janeiro foi marcado pelo balanço positivo no transporte de carga por vias interiores no país. Os dados são do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).



O levantamento mostra que pelo modal foram transportadas 8,14 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 6,44% em comparação a 2022. Destaque para as regiões hidrográficas Amazônica e Tocantins-Araguaia – responsáveis por 93% do transporte interior no país – apresentaram 5,4 milhões de toneladas (+9,76%) e 2,8 milhões de toneladas (+1,61%), respectivamente.

A região hidrográfica do Atlântico-Sul também registrou aumento no total de cargas transportadas apresentando movimentação de 488 mil toneladas, um aumento de 10,05%.

A região hidrográfica do Paraguai, por sua vez, movimentou 174,4 mil toneladas (decréscimo de 15,50% em comparação ao mesmo período do ano anterior).

A mercadoria que apresentou maior crescimento percentual em janeiro foi o milho, que movimentou 2,18 milhões de toneladas, representando uma variação positiva 121,70% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Outro destaque fica para o transporte de contêineres. Em janeiro foram transportadas 793,7 mil toneladas de carga containerizada por vias interiores no país. O número representa um crescimento de 18,5% em comparação a 2022. Petróleo (óleo bruto) também registrou alta de 0,16%, com mais de 921 mil toneladas transportadas ao longo do período.

A instalação portuária de destaque de movimentação em janeiro foi o Porto de Santarém (PA) que movimentou 418,8 mil toneladas, registrando um aumento de 41,47%. O Terminal Hidrovias do Brasil Miritituba que registrou um aumento de 29,71% com movimentação de mais de 659,5 mil toneladas no primeiro mês do ano.

O Terminal Fluvial de Juruti fecha o pódio dos principais destaques de terminais que movimentam vias interiores com movimentação de mais de 544,9 mil toneladas em janeiro, demonstrando uma variação positiva de 25,2% em comparação ao mesmo período de 2022.

A navegação de longo curso em vias interiores movimentou 3,56 milhões de toneladas em janeiro (alta de 11,29%). Navegação Interior, por sua vez, transportou 2,4 milhões de toneladas (variação positiva de 9,09% em comparação a janeiro de 2022).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023

VALE E KONGSBERG DIGITAL UNEM FORÇAS PARA REDUZIR EMISSÕES

Da Redação NAVEGAÇÃO 16/03/2023 - 17:38



Depois de implementar a tecnologia Vessel Insight do navio para a nuvem para os graneleiros Guaibamax em 2020, a Vale assinou contrato com a Kongsberg Digital para instalar o Vessel Insight em quatro navios Valemax

Nos últimos anos, a Vale investiu fortemente em tecnologia para desenvolver embarcações mais eficientes, como as classes cargueiras Valemax e Guaibamax. Esses navios são considerados os maiores e mais eficientes transportadores de minério do mundo, pois emitem até 41% menos gases de efeito estufa e transportam 2,3 vezes mais do que o Capesize, o

cargueiro padrão. Um dos objetivos ao desenvolver essas embarcações era investir em tecnologias inovadoras para torná-las mais ecológicas.

Para atingir esses objetivos, a Vale assinou recentemente um acordo com a Kongsberg Digital para implementar o Vessel Insight Connect nos graneleiros Valemax, que são afretados a longo prazo e de propriedade da Asyad Shipping. O Vessel Insight da Kongsberg Digital fornece acesso instantâneo e fácil à visão geral da frota, painéis específicos da embarcação e ferramentas de análise. A infraestrutura de dados do navio para a nuvem captura e agrega dados de qualidade de maneira econômica e segura.

Espera-se que a Vale use os dados coletados do Vessel Insight Connect para verificar e confirmar a economia de combustível e emissões como parte de seu programa Ecoshipping. O programa foi desenvolvido pela Vale para fomentar a adoção de novas tecnologias pela indústria marítima com o objetivo de reduzir as emissões de carbono do transporte marítimo. As duas primeiras embarcações Guaibamax cobertas pelo Vessel Insight apresentavam velas de rotor assistidas pelo vento e

tecnologia de lubrificação a ar, que usa uma camada de bolhas de ar sob o casco para aumentar a eficiência hidrodinâmica. Agora, os quatro navios Valemax estão testando uma nova tecnologia de eficiência de combustível.

“O investimento da Vale em tecnologia de navegação sustentável, incluindo os eficientes graneleiros Valemax e Guaibamax, a posiciona como líder na condução de soluções sustentáveis no setor. Estamos entusiasmados em fazer parceria com a Vale e fornecer a ela nossa infraestrutura de embarcação para nuvem para ajudar a monitorar a economia de combustível e emissões e apoiar seus esforços para reduzir sua pegada de carbono. Juntos, estamos trabalhando para um futuro mais sustentável para o transporte marítimo”, diz Christopher Bergsager, VP growth digital Ocean da Kongsberg Digital.

“A Vale transporta minério de ferro nos navios mais eficientes do mundo, mas acreditamos que ainda há ganhos de eficiência energética a serem capturados para reduzir o consumo de combustível e as emissões de CO2. A análise de dados é fundamental para medir o desempenho das novas tecnologias e tomar decisões estratégicas baseadas em evidências. Este projeto pioneiro mostra nosso compromisso em apoiar a indústria naval no cumprimento das ambições da Organização Marítima Internacional (IMO)”, afirma Rodrigo Bermejo, gerente técnico de Navegação da Vale.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023

JULGAMENTO SOBRE DESESTATIZAÇÃO DE SANTOS É ADIADO MAIS UMA VEZ NO TCU

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 16/03/2023 - 14:14



Arquivo/Divulgação

Processo foi retirada de pauta, na última quarta-feira (15), por ausência de ministro-revisor na sessão da Corte de Contas. Em dezembro, matéria recebeu pedidos de vista de três ministros do colegiado

O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou, pela segunda semana consecutiva, o julgamento do processo de acompanhamento da desestatização do Porto de Santos (SP). A retirada de pauta, de acordo com a assessoria de imprensa do TCU, ocorreu porque

o ministro-revisor, Vital do Rêgo, que havia pedido vista do processo, não estava presente na sessão plenária da Corte de Contas realizada na tarde da última quarta-feira (15). O julgamento poderá ser retomado na próxima sessão do colegiado. O item trata da alienação da totalidade das ações da Santos Port Authority (SPA) pertencentes à União associada à outorga da concessão do serviço público de administração do porto.

O processo de desestatização do Porto de Santos foi suspenso no final do ano passado, quando Rêgo e outros dois ministros da Corte, Walton Alencar Rodrigues e Benjamin Zymler, pediram vistas durante a plenária ocorrida no dia 13 de dezembro. Na ocasião, o presidente do TCU e relator da matéria, ministro Bruno Dantas, recomendou que o Ministério da Infraestrutura, à época, avaliasse os impactos de privatizações em outras autoridades portuárias de menor complexidade antes de seguir adiante com a SPA.

Naquela sessão, Dantas orientou à pasta que, antes de alienar as ações da autoridade portuária de Santos, promovesse a venda de outras autoridades portuárias e fizesse uma avaliação mais ampla, examinando e endereçando os riscos e problemas que fossem identificados. O ministro-relator ressaltou que, no Brasil, o modelo de privatização de autoridade portuária só foi adotado no Porto de Vitória (ES), após leilão realizado em março de 2022, sendo um processo ainda muito recente.

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), vem reiterando publicamente que o governo Lula (PT) descarta a hipótese de desestatização da administração portuária santista, que passou por consultas públicas durante o governo Bolsonaro (PL). A pasta, porém, avalia a possibilidade de concessão da gestão da dragagem à iniciativa privada.

Na semana passada, o secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, disse a representantes de associações que, apesar de a desestatização das administrações portuárias não estar na pauta do governo e do ministério, a concessão de serviços hoje desenvolvidos pelas autoridades portuárias, como a exploração do canal de acesso, e a melhoria da gestão serão temas prioritários da agenda. Existe a expectativa de que, com a retirada do foco na desestatização, as equipes da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) possam se dedicar a outros assuntos que estão pendentes na agenda setorial.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023

NORMAS EXIGEM AUTORIZAÇÃO E RAIOS DE SEGURANÇA PARA SOBREVOO DE DRONES EM ÁREAS PORTUÁRIAS

Por Bianca Guilherme PORTOS E LOGÍSTICA 15/03/2023 - 21:55



Divulgação

Para evitar acidentes com uso indevido de veículos aéreos não tripulados no complexo de Santos, legislação proíbe uso desses equipamentos em um raio de 9 quilômetros na área de influência do maior porto da América Latina

A utilização de drones vem sendo ampliada em diferentes atividades e, no meio portuário, é cada vez mais comum desde o uso para a manutenção predial até para produção de vídeos institucionais. Protegidos pelo

Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code, na sigla em inglês), assim como os aeroportos, os portos também são áreas de segurança sobre as quais os voos de drones são proibidos sem a devida autorização, tendo como consequência medidas judiciais de reparação de eventuais danos à imagem e ao patrimônio.

De acordo com a legislação, drones não podem sobrevoar áreas em um raio de 9 quilômetros na área de influência do maior porto da América Latina. Para a Santos Port Authority (SPA), essa preocupação é necessária para evitar que o uso de drones cause acidentes, uma vez que o complexo portuário conta com equipamentos altos como guindastes, portêineres, as próprias embarcações, linhas de transmissão de energia — sobre as quais é proibido que drones cruzem os fios, cargas potencialmente inflamáveis, dentre outras condições que exigem extrema atenção às normas de segurança.

No Porto de Santos, o uso de drones é regido pela norma da autoridade portuária (NAP.SUPGP.OPR.002), que prevê que todos os voos com uso destes equipamentos devem ser autorizados pela SPA, mediante anuência dos órgãos de administração do espaço aéreo, seguro de acidentes e proibição de sobrevoo nos terminais de combustíveis. A atual norma está em vigor desde dezembro do ano passado, sendo que o primeiro regimento para uso de drones foi implantado em 2017.

De acordo com a SPA, a implementação das regras foi necessária, pois o Porto de Santos é um dos pontos vitais para a economia do país, bem como um local de grande movimentação de veículos e pessoas. Assim, normatizar o uso de equipamentos que possam interferir na segurança patrimonial é essencial para manter a normalidade das atividades e garantir a proteção das pessoas e dos bens.

"A autoridade portuária tem a obrigação legal de proteger toda a área do porto organizado, em conformidade com o ISPS-Code, visando resguardar, nas áreas sob a sua responsabilidade, as

instalações portuárias, as embarcações atracadas ou fundeadas, bem como as pessoas contra incidentes de proteção, ilícitos e outras ameaças que coloquem em risco a sua integridade física", destacou a SPA, por meio de sua assessoria.

Para solicitar, é necessário enviar um e-mail para o portal do cliente e fornecedor e pedir permissão de gravação por meio de ofício encaminhado à Superintendência de Comunicação Corporativa e à Superintendência da Guarda Portuária. A mensagem deve especificar o objeto e a finalidade das imagens, além da previsão de data, horário e período (tempo de permanência) para a atividade. O requisitante receberá a resposta por e-mail e, no dia marcado, a filmagem acontecerá com a presença de técnicos da autoridade portuária santista.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023

ANÁLISE SOBRE AMPLIAÇÃO DA FAIXA DE DISPENSA DE PRATICAGEM PRECISA SER GRADUAL, DIZ DPC

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 15/03/2023 - 20:15



Divulgação

Apoio marítimo vem apresentando argumentos técnicos a fim de estender até 10.000 AB o regime de utilização do serviço, hoje obrigatório de 3.000 a 5.000 AB. Praticagem defende discussão com toda sociedade, órgãos de proteção ao meio ambiente e de resposta a emergências ambientais

A Diretoria de Portos e Costas (DPC) reuniu-se com representantes do apoio marítimo, a fim de tratar do pleito do segmento quanto à possibilidade de extensão

do regime de dispensa do serviço de praticagem para embarcações de suporte offshore compreendidas especificamente na faixa de 5.000 AB a 10.000 AB (arqueação bruta). Atualmente, essa autorização é válida para embarcações de 3.000 AB a 5.000 AB. Empresas de navegação alegam, entre outros pontos, que os baixos índices de acidentes, as características técnicas das embarcações e a qualificação das tripulações garante a segurança das operações nessa faixa de 3.000 a 10.000 AB.

A autoridade marítima salienta que o processo deve ser desenvolvido de forma gradual, para se alcançar o objetivo desejado com níveis de segurança adequados, considerando os riscos mais elevados que operações com embarcações com porte acima de 5.000 AB naturalmente trazem.

A DPC informou à reportagem que, para embarcações acima de 5.000 AB, foi estabelecido o processo de PEC (Pilot Exemption Certificate), constante da Normam-12, que exige um estudo mais acurado para se habilitar um comandante a manobrar seu navio sem a assistência de um prático, em uma zona de praticagem obrigatória.

De acordo com a DPC, atualmente existe um processo de PEC em andamento para o Porto do Rio de Janeiro, o qual ainda não foi concluído. "A autoridade marítima entende que depois da consolidação do processo de PEC será possível avaliar com mais elementos se o regime de dispensa do serviço de praticagem válido para embarcações de 3.000 a 5.000 AB poderá ser estendido a embarcações maiores, sem abrir mão da segurança", manifestou a diretoria em nota.

A Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma) afirmam que vem pleiteando junto à DPC a dispensa (uso facultativo) da praticagem em embarcações de apoio marítimo, que possuem de 5.000 a 10.000 AB e ressaltam que a otimização dos custos operacionais é uma pauta permanente, assim como a segurança da navegação e excelência operacional.



O Syndarma/Abeam entende que os equipamentos disponíveis a bordo, como o ECDIS (Electronic Chart Display and Information System), que inclui cartas náuticas eletrônicas e informações integradas de GPS e outros sensores de navegação, como radar, ecobatímetro e AIS garantem segurança à navegação.

Segundo a entidade, essas embarcações possuem extraordinária manobrabilidade e contam com diversos tipos de propulsores, incluindo azimutais, bow e stern thrusters, associados a sistemas de posicionamento dinâmicos (DP), que permitem a manutenção da posição da embarcação, independente da ação de ventos, correntes e marés. Além disso, que possuem elevado nível de qualificação dos comandantes, habituados a operar em condições adversas de mar e vento a contrabordo de unidades marítimas da indústria de O&G.

“O que as empresas de apoio marítimo pretendem é tão somente a extensão da regra existente para embarcações de 3.000 AB a 5.000AB, cuja estatística positiva de baixíssimo índice de acidentes nos mais de 10 anos de implemento, revelaram a desnecessidade do emprego da praticagem que, no caso, apenas onera as operações”, resumiu a vice-presidente executiva do Syndarma/Abeam, Lilian Schaefer.

A Praticagem do Brasil afirma que confia no rigor da autoridade marítima na concessão de PECs e no nível de treinamento que ela exige para manobras em águas restritas. A categoria destaca que esse cuidado se reflete no elevado nível de segurança marítima, elogiado internacionalmente. O entendimento é que a Lei complementar 97/1999 atribuiu ao comandante da Marinha a competência exclusiva para prover a segurança da navegação, com decisões no sentido de medir o padrão no qual não vão ocorrer acidentes, independente de serem tomadas por meio da DPC ou não.

“Ao tomar essa decisão, a autoridade marítima sabe que o treinamento de um prático que faz ‘shiphandling’ é totalmente diferente do de um comandante que aprende ‘ship manoeuvrability’, treinado para navegar somente no alto-mar. São competências e responsabilidades diversas”, afirmou a Praticagem do Brasil em nota. A categoria considera difícil imaginar que haja um relaxamento de critérios que resguardam a segurança há 214 anos desse serviço regulamentado.

A Praticagem avalia que, apesar de nem todos os países adotarem PEC, no Brasil já existe mais de uma centena de dispensas nominais de praticagem concedidas para grandes embarcações, de 3.000 AB a 5.000 AB, sendo que a isenção de praticagem é automática até 3.000 toneladas de porte.

Na avaliação da praticagem, é importante considerar que, a despeito da capacidade operacional das embarcações de apoio marítimo, são as ações humanas influenciadas por fatores de desempenho os responsáveis pela grande maioria dos acidentes na navegação.

A Praticagem do Brasil menciona ainda uma pesquisa de análise de confiabilidade humana elaborada pelo Laboratório de Análise, Avaliação e Gerenciamento de Risco (LabRisco) da USP, que apontou que o cenário de isenção de praticagem aumenta em até cerca de sete vezes a probabilidade de acidente, quando comparado ao da presença de um prático a bordo.

A entidade citou que no Rio de Janeiro, onde é grande o tráfego dos navios de apoio marítimo, há uma série de irregularidades cometidas por seus comandantes, conforme relatou a praticagem local à DPC. “Não é raro também que relatos de problemas evidentes com equipamentos essenciais à navegação sejam omitidos pelos comandantes”, observa a Praticagem do Brasil.

Na visão da Praticagem do Brasil, a categoria representa o Estado a bordo para defender a sociedade de acidentes que podem provocar severa poluição ambiental, mortes, danos ao patrimônio público e privado e fechamento de um porto para a economia, ao passo que comandantes são representantes de interesses comerciais dos armadores.

A entidade defende que a discussão sobre dispensa de praticagem, que capitaliza o lucro e socializa os prejuízos, deveria incluir toda a sociedade, órgãos de proteção ao meio ambiente, de resposta a emergências ambientais, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), entre outros. “Um bom

avanço na regulação seria limitar as PECs a comandantes de navios de até 100 metros de comprimento — ainda assim, desde que atendam a certos requisitos de segurança, como experiência prévia e treinamento em zona de praticagem específica, além de análise de risco para a concessão”, sugeriu a Praticagem do Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023

PRIMEIRO EMBARQUE DE 2023: CEARÁ ENVIA MAIS DE 9 MIL TONELADAS DE GRANITO PARA A EUROPA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 15/03/2023 - 19:10



O Porto do Pecém concluiu na última quinta-feira (9), a operação de envio de 9.995 mil toneladas de granito, embarcadas no navio Great Crystal com destino a Marina Di Carrara, na Itália. Em 2022, o Ceará enviou mais de 60 mil toneladas de granito para Europa, o que deixou o Estado na terceira posição entre os exportadores de rochas ornamentais do país.

De acordo com o gerente da Tecer Terminais, empresa que atua como prestadora de serviço operacional no Porto, Carlos Alberto Nunes, essa carga mostra o crescimento da diversidade de cargas que são operadas

no terminal portuário.

“O envio desta nova carga de granito logo no primeiro trimestre de 2023, mostra o nosso potencial e demonstra a pluralidade de produtos que chegam e que são enviados para diferentes países. Aqui viabilizamos a movimentação de diversas cargas, utilizando sempre inovação tecnológica.”, frisa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023

EMPRESA ARGENTINA REALIZA PRIMEIRA TOKENIZAÇÃO DE COMMODITIES AGRÍCOLAS

Por Bianca Guilherme PORTOS E LOGÍSTICA 15/03/2023 - 19:10



Divulgação

Plataforma permite transações comerciais e financeiras com apoio direto dos grãos, onde valor fica atrelado ao preço da soja e milho

Pela primeira vez no Brasil, no início de fevereiro, o produtor Wagner Cruvinel, de Silvânia (GO), atualizou a frota da sua propriedade e pagou parte do seu novo trator T8, da New Holland Agriculture, por meio dos grãos transformados em ativos digitais lastreáveis. A transação aconteceu através da parceria do Banco CNH

Industrial, responsável pelos serviços financeiros da CNH Industrial com a Agrotoken, no Show Rural Coopavel, em Cascavel (PaR).

A empresa argentina Agrotoken, recém-chegada ao Brasil, transforma grãos físicos em um bem digital, que podem ser guardados ou trocados por insumos, serviços e outros bens. Com os grãos físicos digitalizados na plataforma, eles são convertidos em "agrotokens", como crédito para o produtor transacionar em operações comerciais e financeiras, sempre com o apoio direto dos grãos, que tem seu valor atrelado ao preço da soja, milho e trigo.

Para o produtor, a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, nesta modalidade, garantiu condições interessantes durante a negociação. "Com os grãos transformados em ativos digitais, foi possível negociar com o recurso que já tenho disponível no ecossistema da empresa", enfatizou Cruvinel. Heberson De Goes, presidente do banco na América Latina, destaca que a digitalização dos processos oferece a capacidade de inovar com simplicidade e agilidade. "Estamos muito satisfeitos com a possibilidade de expansão dos nossos negócios agrícolas no Brasil e, também, na Argentina", completou.

Anderson Nacaxe, diretor da Agrotoken no Brasil, acredita que o setor marítimo pode ter grandes benefícios com o sistema, principalmente na prova de origem, que é registrada em Blockchain (banco de dados para compartilhar informações). "Essa prova traz o detalhe da produção do grão (origem e produtor), evidenciando que é uma área totalmente em compliance ambiental, trabalhista e fiscal. Melhorando a transparência entre exportadores e importadores", destacou.

A companhia tem como objetivo tokenizar 1 milhão de toneladas de grãos até o final de 2023 e, além do CNH Industrial, tem como parceiros empresas como Tecplante, Auravant, Casa do Pica Pau, entre outras. Em janeiro de 2022, a empresa trouxe o Agrotoken Visa, onde o seu processo de pagamento é feito com tokens no cartão, assim como na plataforma, e pode ser utilizado de maneira fracionada, conforme o valor de cada compra.

Segundo Nacaxe, o crédito concedido via cartão equivale a uma operação de barter, em que ocorre o pagamento de insumos por meio de commodities. "Fazemos isso de forma totalmente virtual, segura e simples e o cartão oferece liquidez ao produtor ou investidor que tem grãos estocados ou que ainda serão colhidos. A compensação dos agrotokens é sempre em moeda fiat, ou seja, a moeda impressa é emitida pelo Banco Central de qualquer país", comentou.

Vinculados à origem da emissão do ativo físico, os agrotokens são lastreados em ativos reais, ao contrário dos NFTs. Isso significa que têm valor idêntico em todo o território nacional, independentemente de onde e por quem foram emitidos, conforme preço indexado em índices como Esalq, CEPEA/B3, Argus e Platt, paridade que a torna uma 'stable coin', ou seja, moeda de baixa volatilidade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023

RIO DE JANEIRO APRESENTA CRESCIMENTO EM SUAS RESERVAS DE PETRÓLEO PELO 2º ANO CONSECUTIVO, APONTA FIRJAN

Da Redação OFFSHORE 15/03/2023 - 18:25



Conforme o levantamento produzido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a consolidação dos dados do mercado de petróleo no Rio de Janeiro em 2022 mostra que o estado fluminense apresentou crescimento em suas reservas de petróleo pelo 2º ano consecutivo, fechando o ano passado com alta de 13% nas reservas provadas. Assim, o volume de reservas provadas no estado alcançou representatividade de 83% do nacional.

Na exploração, houve manutenção no número de poços exploratórios perfurados em 2022, onde 12 poços foram concluídos no estado de um total de 17 no país. O levantamento aponta ainda que estas atividades podem gerar diversos desdobramentos para a indústria, como a contratação de sondas, navios sísmicos, atividades de completação de poços, entre outras.

Os dados registram ainda o aumento de 10% na perfuração de poços na bacia de Campos, com impactos imediatos observados na produção, como a redução de quase 12% na taxa de declínio na região em dezembro do ano passado frente a dezembro de 2021. Já a bacia de Santos, principal bacia

petrolífera do país, aumentou em 13,5% sua produção, no comparativo de dezembro 2022 e dezembro de 2021.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023

ARTIGO - ATAQUES CIBERNÉTICOS NO SETOR PORTUÁRIO: CUSTOS PARA ELIMINAR RISCOS SÃO INVESTIMENTO

Por Alex Gatto com colaboração de Carlos Albuquerque OPINIÃO 15/03/2023 - 18:08



Os terminais portuários são locais críticos para o comércio internacional, com um grande número de navios e cargas movimentando-se diariamente. No entanto, com a crescente dependência da tecnologia da informação, os terminais estão se tornando cada vez mais vulneráveis aos ataques cibernéticos. As consequências podem ser graves, como atrasos nas operações, perda de dados, roubo de informações confidenciais e, até mesmo, a interrupção total do comércio marítimo. Além disso, a segurança dos navios em trânsito também pode ser comprometida, colocando em risco a vida humana e o meio ambiente.

Segundo estimativa da consultoria Roland Berger, em 2021 o custo entre resgates exigidos pelos criminosos e prejuízos causados por interrupções em todo o mundo chegaram a quase US\$ 6 trilhões. No levantamento, o Brasil aparece como o 5º país que mais sofreu ataques cibernéticos. Foram mais de 9 milhões de ocorrências apenas nos três primeiros meses daquele ano.

Entre os principais tipos de ataques estão: os direcionados, que afetam sistemas de gerenciamento de contêineres e de monitoramento de segurança, por exemplo; ataques de phishing, que envolvem o envio de e-mails fraudulentos; ataque por malware, vírus que danificam ou roubam os dados; e negação de serviço, que torna os sistemas de tráfego inoperantes.

Para prevenir e combater esses ataques, é necessário implementar medidas de segurança cibernética rigorosas nos portos, incluindo protocolos, treinamento de pessoal, monitoramento constante de ameaças e investimento em tecnologias avançadas. Além disso, é importante que as autoridades portuárias trabalhem em estreita colaboração com agências de tecnologia e outras organizações relevantes para garantir a segurança dos terminais e do comércio marítimo.

Mas não é de hoje que os órgãos criam meios de combater os crimes virtuais. Em 2017, por exemplo, a Organização Marítima Internacional (IMO) e o Comitê de Segurança Marítima (MSC) publicaram recomendações para ajudar as empresas marítimas no gerenciamento do risco cibernético. Já em 2020, a Agência da União Europeia para Cibersegurança (ENISA) publicou o Cyber Risk Management for Ports, relatório que avaliou os riscos de ataques nos terminais. Ambos os documentos servem de referência para o setor, inclusive, dão embasamento para novos estudos.

Para melhorar os processos são necessárias algumas etapas, como avaliação aprofundada, revisão dos sistemas para mapear os pontos que podem ser ajustados, a compreensão dos impactos que os ataques podem gerar, as prováveis soluções, o entendimento sobre os custos de cada projeto de segurança.

Conformidade e gerenciamento dos riscos têm benefícios tangíveis e intangíveis, contribuindo para a redução de falhas e inatividade de embarcações, ganhos de imagem e confiabilidade da empresa, redução de custos com seguros e também para o incremento de valor de mercado.

No Brasil, podemos considerar que o setor portuário tem avançado nas medidas de prevenção. No entanto, o ideal seria que a evolução ocorresse na mesma velocidade que os hackers avançam,



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 047/2023
Página 64 de 64
Data: 16/03/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

adquirindo uma maturidade capaz de garantir as diretrizes acima e debelar as investidas dos criminosos.

Alguns terminais brasileiros já foram alvos e tiveram grandes transtornos na rotina operacional. Por isso, além da implantação das camadas internas de segurança nas instalações portuárias, é fundamental que os parceiros comerciais também o façam, a fim de proteger o ecossistema de dados e informações. Com o fluxo do comércio internacional, a tendência é que os ataques se tornem mais eficientes e direcionados, sendo necessário que as empresas se adaptem e entendam que os valores destinados à proteção cibernética não devem ser entendidos como custos, mas como investimento.

Afinal, os custos de uma paralisação operacional podem ser infinitamente superiores aos custos relacionados à implantação de um sistema de segurança. A eliminação dos riscos é o fator imperativo para o êxito das operações de segurança dos sistemas e instalações portuárias, sob pena de perdas e prejuízos inestimáveis, colocando em risco a continuidade dos negócios.

Autores Alex Gatto é gerente corporativo de Segurança Patrimonial e Administrativo do Porto Sudeste, membro do Comitê de Segurança da ATP e da Overseas Security Advisory Council – OSAC-Brasil. Especialista em gerenciamento de crises e segurança portuária

Carlos Albuquerque é coordenador titular da Cesportos/RJ, mestre em Engenharia de Produção com ênfase em Riscos de segurança pública e especialista em cibersegurança

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/03/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 16/03/2023